

# Índice

---

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	3
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	5
1.5 Principais clientes	8
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	9
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	12
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	13
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	14
1.10 Informações de sociedade de economia mista	15
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	16
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	17
1.13 Acordos de acionistas	18
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	19
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	20
1.16 Outras informações relevantes	21
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	22
2.2 Resultados operacional e financeiro	25
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	27
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	28
2.5 Medições não contábeis	29
2.6 Eventos subsequentes as DFs	31
2.7 Destinação de resultados	32
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	34
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	35
2.10 Planos de negócios	36
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	38
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	39
3.2 Acompanhamento das projeções	40

# Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	41
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	50
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	51
4.4 Processos não sigilosos relevantes	52
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	80
4.6 Processos sigilosos relevantes	81
4.7 Outras contingências relevantes	83
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	84
5.2 Descrição dos controles internos	87
5.3 Programa de integridade	89
5.4 Alterações significativas	91
5.5 Outras informações relevantes	92
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	93
6.3 Distribuição de capital	104
6.4 Participação em sociedades	105
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	106
6.6 Outras informações relevantes	107
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	108
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	114
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	115
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	116
7.4 Composição dos comitês	125
7.5 Relações familiares	126
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	127
7.7 Acordos/seguros de administradores	129
7.8 Outras informações relevantes	130
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	131

## Índice

8.2 Remuneração total por órgão	133
8.3 Remuneração variável	137
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	138
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	139
8.6 Outorga de opções de compra de ações	140
8.7 Opções em aberto	141
8.8 Opções exercidas e ações entregues	142
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	143
8.10 Outorga de ações	144
8.11 Ações entregues	145
8.12 Precificação das ações/opções	146
8.13 Participações detidas por órgão	147
8.14 Planos de previdência	148
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	149
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	151
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	152
8.18 Remuneração - Outras funções	153
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	154
8.20 Outras informações relevantes	155
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	156
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	158
9.4 Outras informações relevantes	159
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	
10.1 Descrição dos recursos humanos	160
10.2 Alterações relevantes	161
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	162
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	163
10.5 Outras informações relevantes	164
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	165

## Índice

---

11.2 Transações com partes relacionadas	166
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	167
11.3 Outras informações relevantes	168
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	169
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	170
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	171
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	172
12.5 Mercados de negociação no Brasil	173
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	174
12.7 Títulos emitidos no exterior	175
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	176
12.9 Outras informações relevantes	177
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	178
13.1 Declaração do diretor presidente	179
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	180
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	181
13.2 Declaração do diretor presidente	182
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	183

## 1.1 Histórico do emissor

### HISTÓRICO DO EMISSOR

A Companhia foi constituída como uma sociedade empresária, por cotas de responsabilidade limitada, em 01/08/1984, sob a denominação de *Minuano – Exportação, Participação e Administração Ltda.*, sediada na cidade de Lajeado (RS), tendo por objeto social o comércio de exportação, participação em outras sociedades e prestação de serviços de administração às sociedades controladas.

Em 14/09/1990, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou sobre a transformação da sociedade em Companhia, sob a denominação de *Minupar Participações S/A*, deliberando a emissão de debêntures conversíveis em ações, integralmente subscritas pelos acionistas. Na oportunidade, os acionistas da Companhia Minuano de Alimentos, fundada em 1946, puderam optar pela troca das suas ações de emissão desta por ações de emissão de Minupar Participações S/A.

A transformação da sociedade empresária por cotas em sociedade por ações de capital aberto permitiu o ingresso de novos acionistas, aportando recursos para atender as necessidades financeiras necessárias para o seu crescimento.

Atualmente, a Minupar Participações S/A, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados a base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### **ATIVIDADES PRINCIPAIS DESENVOLVIDAS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS**

O emissor tem por objeto social principal a participação no capital de outras empresas, do mesmo modo que as controladas diretas Valepar S.A. e Sulaves S.A..

A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados à base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil, além disso, a Companhia controlada tem habilitação para exportar para países localizados na África, Ásia América do Sul, América Central e Oceania.

A Companhia Minuano concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo. A manutenção destas atividades é possível em razão de condições específicas do contrato, relacionadas à habilitação da empresa para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado (RS).

As operações contempladas no mencionado contrato envolvem a utilização de granja de recria e granja de produção, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos. O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

### 1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

#### SEGMENTOS OPERACIONAIS DIVULGADOS NAS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### a. Produtos e serviços comercializados

###### Produtos e Marcas

A controlada Companhia Minuano de Alimentos atua no setor de alimentos em unidade de produção de industrializados localizada em Arroio do Meio – RS, com o seu portfólio de produtos composto por: salsichas, mortadelas, presunto, peito de frango defumado, linguiças defumadas, quitute de frango e pele frita.

A controlada atua no mercado interno com a marca “Minu” e no mercado externo com as marcas “Minu”, “Royal”, “Minal” e “Saran.

###### Serviços de Industrialização

A controlada Companhia Minuano de Alimentos mantém contratos de prestação de serviços para terceiros nas unidades de Lajeado-RS (abatedouro); Arroio do Meio-RS (indústria de rações); Estrela-RS (Incubatório e produção de ovos férteis) e Bom Retiro do Sul-RS (produção matrizes).

##### b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor (em R\$ mil)

Segmento	2022	2021	2020
Industrializados	205.329	178.021	135.197
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	186.075	165.787	143.160
<b>Total</b>	<b>391.404</b>	<b>343.808</b>	<b>278.357</b>

Descrição	2022	2020	2019
Receita Líquida	365.740	319.644	259.813
% Participação sobre a Receita Líquida			
Industrializados	52,46%	51,78%	48,57%
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	47,54%	48,22%	51,43%

### **1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais**

#### **c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor**

A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua tendo em vista que algumas contas apresentadas nas demonstrações de resultado, tais como despesas administrativas, outras despesas e receitas, despesas e receitas financeiras e imposto de renda e contribuição social, são calculados de forma consolidada. Para informações adicionais acerca do lucro ou prejuízo resultado das operações da Companhia, vide suas demonstrações financeiras, conforme nota explicativa nº 29 – Informações por segmento.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### EM RELAÇÃO AOS PRODUTOS E SERVIÇOS QUE CORRESPONDAM AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS DIVULGADOS NO ITEM 1.3

#### a. Características do processo de produção

O processo de produção pode ser caracterizado basicamente em dois:

(i) Relacionado aos contratos de prestação de serviço de industrialização por encomenda, onde o processo é verticalizado, abrangendo todas as etapas da cadeia avícola. Desde a criação das aves matrizes em granjas específicas, o Incubatório na produção de pintos de um dia, a fabricação de rações para suprir a necessidade alimentar das aves e o frigorífico, onde o abate e a produção são realizados conforme definição do parceiro operacional.

(ii) Para o processo relacionado à produção de produtos com marca própria destinados aos mercados interno e externo, os insumos são adquiridos de terceiros e elaborados em conformidade com as especificações pré-estabelecidas e aprovadas pelos órgãos de controle. Os produtos são na sua grande maioria compostos de carnes e condimentos, embalados conforme destino, se nacional ou externo, e comercializados resfriados ou congelados.

#### b. Características do processo de distribuição

No mercado interno, as vendas da controlada Companhia Minuano de Alimentos, estão concentradas no Estado do Rio Grande do Sul. No quadro abaixo, segue a representação por região das vendas, em comparação ao total comercializado no Brasil:

	2020	2021	2022
Rio Grande do Sul	87%	90%	93%
Outros Estados	13%	10%	7%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

São realizadas por meio da combinação de canais de venda direta e indireta. Venda direta compreende todas as vendas realizadas por meio de representantes comerciais e vendedores próprios. A venda indireta compreende as vendas realizadas por distribuidores nas regiões onde a controlada atua.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Neste contexto, o mix de faturamento da Companhia, relativo a vendas diretas e às vendas a intermediários no mercado interno é a seguinte:

	2022	2021	2020
Vendas Diretas	60%	54%	57%
Vendas Intermediadas	40%	46%	43%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

### Produtos Marca Própria - Mercado Externo

As receitas provenientes das operações comerciais realizadas no mercado externo, corresponderam nos anos de 2020, 2021 e 2022 a 26%, 28% e 30% respectivamente, do faturamento líquido da companhia. Dentre os produtos exportados estão: salsichas e mortadelas de frango.

As vendas no mercado externo abrangem diversos países, sendo que se destacam entre os principais destinos, República do Congo, Benin, Nigéria, Ghana, Guiana, Angola, Togo, Omã, Cingapura, Samoa, Gabão, Cuba, dentre outros, através de canais de venda direta e representantes.

#### **c. Características dos mercados de atuação:**

As operações comerciais são desenvolvidas tanto no mercado interno como no mercado externo através de canais de venda direta e também por intermédio de representantes. A participação em cada um dos mercados foi informada no item anterior.

O segmento de mercado em que a Companhia atua é altamente competitivo e pulverizado e conta com a presença de outras companhias tradicionais e líderes de mercado, tais como BRF e JBS, além de companhias regionais com atuação local.

#### **d. Eventual sazonalidade**

De modo geral, a demanda pelos produtos da Companhia não está sujeita à sazonalidade.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### e. Principais insumos e matérias primas

Os principais insumos e matérias-primas utilizados nos processos de produção própria são entre outros:

*Carnes de frangos*: utilizadas como matéria-prima no processo de produção de industrializados destinados tanto ao mercado interno como ao mercado externo;

*Condimentos e especiarias*: utilizadas como matéria-prima no processo de produção de industrializados destinados tanto ao mercado interno como ao mercado externo.

## 1.5 Principais clientes

### PRINCIPAIS CLIENTES

#### a. montante total de receitas provenientes do cliente

No último exercício social, a Companhia e suas controladas não possuíram clientes que representassem mais de 10% de sua receita líquida nas operações comerciais envolvendo produtos com marca própria, tanto no mercado interno como no mercado externo.

Já em relação aos parceiros operacionais, nas operações de prestação de serviços a terceiros, destaca-se a receita com prestação de serviço para a empresa BRF – Brasil Foods S/A., que representa mais de 10% da receita líquida do emissor.

#### b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Com relação as receitas provenientes do contrato de prestação de serviços firmado com a empresa BRF – Brasil Foods S/A., os segmentos operacionais afetados são abate e processamento de aves (frigorífico), indústria de rações, incubatório e produção de ovos férteis e produção matrizes.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### **DESCREVER OS EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL SOBRE AS ATIVIDADES DO EMISSOR:**

Considerando que a Companhia possui a participação em outras empresas como principal atividade, as informações prestadas a seguir fazem referência a Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta, na qual está centralizada toda a atividade operacional.

#### **a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

As atividades da controlada Companhia Minuano de Alimentos estão sujeitas a abrangente legislação relacionadas à segurança alimentar, questões ambientais e sociais, sendo que os principais órgãos reguladores são a Secretária Estadual do Meio Ambiente (SEMA), a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), o Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Trabalho e Emprego.

Os licenciamentos e habilitações mais relevantes são obrigatórios desde o início e durante as atividades da Companhia controlada. Para isso, a Companhia possui um bom relacionamento com a administração pública, mediante diálogo e concessões recíprocas que possibilitam a manutenção contínua da operação.

Neste sentido, conforme o disposto no art. 4º da Lei nº 1.283, de 1950, regulamentada pelo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), instituído pelo Decreto nº 9.013, de 2017, e suas alterações, a Companhia possui os devidos registros junto ao órgão competente para autorizar a sua atuação com produtos de origem animal, neste caso, o Serviço de Inspeção Federal (SIF) sob o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Paralelo a isso, além do registro no SIF, a Companhia possui habilitações para exportar produtos de origem animal, conforme os procedimentos específicos de cada país, sendo que o cumprimento dos requisitos é fiscalizado pelo MAPA.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Além disso, as unidades operacionais executam suas atividades mediante licenciamentos ambientais nas esferas estaduais ou municipais, conforme medida de porte da unidade nos locais onde atua. Esses processos são periodicamente revistos e sua validade depende do cumprimento das condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador.

A Companhia mantém licenças para utilização de produtos químicos controlados pela Polícia Federal e Exército, outorga de poços artesianos, licença para captação de água, licença para utilização da madeira que abastece as caldeiras.

### **b. Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor**

No desenvolvimento e execução de suas atividades industriais, ao longo de mais de 70 anos de atuação, a Companhia controlada busca adotar as melhores práticas de qualidade alimentar, gestão ambiental, sanitária e trabalhista.

No que se refere as questões ambientais, a Companhia se utiliza de recursos hídricos provenientes de captação subterrânea e superficial, submetida a regulamentação do Departamento de Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento (DRHS), da SEMA, e ainda de abastecimento público por empresa concessionária.

A Companhia possui outorga de direito de uso de água captada de poços e da Estação de Tratamento de Água (ETA), além de Estação de Tratamento de Efluentes (ETE). Os resíduos sólidos e efluentes líquidos da produção são adequadamente tratados ou destinados.

Com relação a questões sociais, estas estão ligadas principalmente a assuntos trabalhistas. No que se referente as legislações trabalhistas e de segurança e medicina do trabalho, a Companhia é frequentemente fiscalizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério Público do Trabalho, havendo nestes órgãos, inclusive, programas específicos de atuação no ramo frigorífico.

Além disso, seguem regras trabalhistas específicas ao segmento frigorífico, definidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego por meio das Normas Regulamentadoras (NR).

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### **c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

As marcas mais relevantes da Companhia estão devidamente registradas no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, no segmento de mercado de sua atuação. Além da proteção das marcas no mercado nacional, a companhia também adota as medidas necessárias para proteção de suas principais marcas em outros países.

### **d. contribuições financeiras de cunho político, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:**

A política da Companhia sobre o assunto veda doações políticas de qualquer natureza, de forma direta ou através de terceiros, seja para partidos políticos, candidatos, comitês de campanhas, coligações ou pessoas físicas ou jurídicas relacionadas a estes. É permitida a destinação de recursos apenas para entidades assistenciais, sociais e educacionais.

Por este motivo, não foram efetuadas contribuições financeiras de cunho político.

## 1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

### RECEITAS RELEVANTES

#### a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Com relação ao exercício de 2022, R\$ 255.205 mil da receita são provenientes das operações realizadas no Brasil, país sede do emissor. Este valor representa 70% da receita líquida total do emissor.

#### b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Com relação ao exercício de 2022, R\$ 110.535 mil da receita são provenientes de clientes estrangeiros, conforme discriminação abaixo. Este valor representa 30% da receita líquida total do emissor.

País	Valor (R\$ mil)	Percentual Receita líquida total
Nigéria	21.492	6%
Estados Unidos	16.360	4%
The Nedherlands	10.647	3%
Em. Ar. Unidos	10.398	3%
Guyana	9.967	3%
Denmark	9.140	3%
França	9.052	2%
Outros	23.479	6%
Total receita líquida ME	110.535	30%
<b>Total receita líquida</b>	<b>365.740</b>	<b>100%</b>

## 1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

### **IMPACTOS RELEVANTES DECORRENTES DA REGULAÇÃO DOS PAÍSES ESTRANGEIROS DIVULGADOS NO ITEM 1.7**

Para possibilitar a exportação dos produtos resultantes da sua operação, as principais unidades da controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, possuem habilitações junto ao Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento – MAPA para Operar no Comércio Exterior, estando sujeitas a fiscalização do órgão.

Paralelo a isso, para efetuar exportações destinadas a países de religião muçulmana, está sujeita às regras de caráter religioso para realização de abate seguindo os preceitos da religião islâmica, denominado “abate Halal”.

## **1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)**

### **INFORMAÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (ASG)**

O emissor não divulgou ao mercado documentos específicos, pois está realizando a etapa de diagnóstico das práticas ASG, deste modo, a elaboração de inventários de emissão de gases de efeito estufa será inserida no planejamento.

## **1.10 Informações de sociedade de economia mista**

### **INFORMAÇÕES SOBRE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA**

O emissor não é uma sociedade de economia mista, portanto, não serão apresentadas as informações deste item.

## 1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

### **AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUALQUER ATIVO RELEVANTE QUE NÃO SE ENQUADRE COMO OPERAÇÃO NORMAL NOS NEGÓCIOS DO EMISSOR**

O emissor tampouco suas controladas, diretas ou indireta, realizaram aquisições ou alienações de ativo relevante que não se enquadrasse como operação normal nos negócios do emissor nos 3 últimos exercícios sociais.

## 1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

### **OPERAÇÕES DE FUSÃO, CISÃO, INCORPORAÇÃO, INCORPORAÇÃO DE AÇÕES, AUMENTO OU REDUÇÃO DE CAPITAL**

Não ocorreram operações societárias com efeito relevante para o emissor nos últimos três exercícios sociais.

Em 15 de julho de 2020 a Companhia recebeu a informação da acionista controladora SERRA DO RONCADOR PARTICIPACOES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 11.277.211/0001-92, possuidora de 1.719.479 ações ON (24,2177% do Capital Social da Companhia), acerca de seu interesse em realizar Oferta Pública de Aquisição (OPA) para o cancelamento de registro da Companhia MINUPAR PARTICIPACOES S.A (fechamento de capital) na Bolsa de Valores, nos termos estabelecidos pela Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002.

Após realizados todos os trâmites legais, o leilão ocorreu em 19.03.2021, mas não alcançou a quantidade mínima de ações apta para o fechamento de capital da Companhia.

## **1.13 Acordos de acionistas**

### **CELEBRAÇÃO, EXTINÇÃO OU MODIFICAÇÃO DE ACORDOS DE ACIONISTAS**

Não foram arquivados acordos de acionistas na sede do emissor.

## **1.14 Alterações significativas na condução dos negócios**

### **INDICAR ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA FORMA DE CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS DO EMISSOR**

O emissor e suas controladas diretas e indireta não sofreram alterações significativas na forma de condução de seus negócios nos 3 últimos exercícios sociais.

## **1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**

### **CONTRATOS RELEVANTES NÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS COM AS ATIVIDADES OPERACIONAIS**

Nos últimos exercícios sociais a Companhia Minuano de Alimentos firmou contrato de locação da planta industrial localizada em Passo Fundo, RS, com empresa do ramo para atuação com abate de aves. As operações da Companhia na unidade foram desativadas em 2015.

## **1.16 Outras informações relevantes**

### **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Comentários da Minupar Participações S/A. e sua controlada Companhia Minuano de Alimentos, referentes ao exercício de 2022:

#### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para dar continuidade em seus negócios, e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazos junto às instituições financeiras e obrigações tributárias junto ao governo, também acredita que sua operação produz resultado suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

#### b) Estrutura de capital

Devido ao Patrimônio Líquido Consolidado Negativo, a estrutura capital consolidada da Companhia está composta da seguinte maneira:

	<i>(Montantes expressos em R\$ mil)</i>		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Capital próprio (patrimônio líquido)	(336.085)	(344.161)	(375.709)
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	633.973	611.092	619.832
<b>Capital total (próprio + terceiros)</b>	<b>297.888</b>	<b>266.931</b>	<b>244.123</b>
Parcela de capital próprio	-112,82%	-128,93%	-153,90%
Parcela de capital de terceiros	212,82%	228,93%	253,90%

#### c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos da Companhia refere-se principalmente a:

- (i) Pagamento dos custos de produção, dentre eles gastos com pessoal, energia elétrica e gastos com manutenção;
- (ii) Pagamento de obrigações, fiscais, trabalhistas e sociais;

As principais fontes de recursos da Companhia são:

- (i) Caixa gerado pelas atividades operacionais;

Os Diretores acreditam que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados pelas captações da Companhia serão suficientes para cobrir suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

No quadro a seguir são demonstrados os índices de coberturas dos últimos 3 (três) exercícios sociais:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

*(Montantes expressos em R\$ mil)*

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA ajustado	69.221	52.359	44.283
Resultado Financeiro	30.934	12.834	14.350
Índice de cobertura	2,24	4,08	3,09

### d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza como fonte de capital de giro os recursos próprios gerados na operação, assim como antecipação de recebíveis vinculados ao contrato de prestação de serviço.

### e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem intenção para realização de fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretenda utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

### f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

#### i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos referentes às demonstrações consolidadas do emissor estão indicados no item seguinte.

#### ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os empréstimos e financiamentos, referentes às demonstrações consolidadas do emissor, junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

Instituição	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Banrisul - Consórcio	126	107	160	250
Total	126	107	160	250

#### iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

#### iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

O emissor e suas controladas estão impossibilitados em distribuir dividendos devido a existência de dívidas previdenciárias, bem como pela existência de prejuízos acumulados que devem ser absorvidos por lucros futuros. Com relação aos bens imóveis da Controlada Indireta Companhia Minuano, os mesmos estão em garantia de processos tributários, o que impedem a alienação dos mesmos.

### **g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

O emissor não possui financiamentos, apenas uma operação de consórcio, conforme já detalhado no item anterior.

### **h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa**

Não se aplica.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

#### a. Resultados das operações do emissor:

##### i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da controlada Companhia Minuano de Alimentos se divide basicamente em 2 segmentos, conforme quadro abaixo:

*Valores expressos em milhares de reais*

Segmento	2022	2021	2020
Industrializados	205.329	178.021	135.197
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	186.075	165.787	143.160
<b>Total</b>	<b>391.404</b>	<b>343.808</b>	<b>278.357</b>

##### ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

###### Receita Líquida

O faturamento líquido da Companhia no exercício de 2022 foi de R\$ 365.740 (R\$ 319.644 em 2021), resultando em um aumento percentual de 14%, ocorrido basicamente pelos seguintes fatores:

- a) Volume de venda de embutidos do período de 2022 foi de aproximadamente 1,6 toneladas a maior do que do mesmo período em 2021;
- b) Reajuste de contrato de prestação de serviços para outra empresa do ramo; e
- c) Alteração no formato de comercialização de embutidos para Mercado Externo, de forma que a maior parte das vendas realizadas em 2022 tem ocorrido pela modalidade CFR – Cost and Freight, ao passo que no ano anterior, a maioria das vendas era praticada na forma FOB – Free On Board, e devido a este motivo, os custos logísticos com fretes são repassados no preço final ao cliente, ocasionado um aumento na receita líquida e consequentemente na rubrica de “Despesas com Vendas”.

###### Despesas com Vendas

As despesas com vendas durante o exercício de 2022 foram de R\$ 29.961 e para o exercício de 2021 foram de R\$ 20.408, equivalentes a 8,19 % e 6,38 % respectivamente da receita operacional líquida.

Os principais motivos que ocasionaram a elevação de despesas de vendas em 2022, quando comparadas com as despesas de vendas de 2021, referem-se:

- (i) Aumento de preço sobre fretes rodoviários, fretes marítimos e custos aduaneiros, todos estes condicionados e atrelados a cotação do dólar e escassez de disponibilidade de containers, o que é de fundamental importância para viabilização das vendas junto ao Mercado Externo;

No quadro abaixo são demonstradas as relações percentuais das despesas com vendas frente as receitas líquidas dos dois últimos exercícios, indicando a relação de 8,19% em 2022 e 6,38% em 2021, referente a participação das despesas com vendas

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

sobre as receitas líquidas.

Rubricas	2022	2021
Receita Líquida	365.740	319.644
Despesas com Vendas	29.961	20.408
Relação %	8,19%	6,38%

### b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As variações de taxa cambial registradas no exercício de 2021 decorreram dos efeitos ainda oriundos da pandemia Covid-19, e em relação ao exercício de 2022, o período mais sensível foi nos últimos meses do ano, devido ao fator político ocasionado pelas eleições, os efeitos destas variações de taxas de câmbio foram devidamente registrados e demonstrados nas notas explicativas nº 27 e 28.

### c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Segue demonstração das informações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados. (Valores expressos em milhares de reais).

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita Bruta	391.404	343.808	278.357
Receita Líquida	365.740	319.644	259.813
Lucro Bruto	104.240	80.061	73.457
Resultado Operacional	43.926	55.513	37.873
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	6.555	33.810	16.573
EBITDA Ajustado	69.221	52.359	44.283
Prejuízo por Ação	0,9232	4,7619	2,3342

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

#### **a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Elas são elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

#### **b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

O Relatório dos Auditores Independentes não apresentou nenhuma opinião modificada, e nenhuma ênfase.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

**EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:**

**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

**b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não está prevista a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

**c. Eventos ou operações não usuais**

Não está prevista a ocorrência de eventos ou operações não usuais.

## 2.5 Medições não contábeis

**CASO O EMISSOR TENHA DIVULGADO, NO DECORRER DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, OU DESEJE DIVULGAR NESTE FORMULÁRIO MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS, COMO LAJIDA (LUCRO ANTES DE JUROS, IMPOSTOS, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO) OU LAJIR (LUCRO ANTES DE JUROS E IMPOSTO DE RENDA), O EMISSOR DEVE:**

### a. informar o valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), utiliza também o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) e EBITDA ajustado ou LAJIDA ajustado, este último acrescido das despesas e receitas não recorrentes que não configuram ingresso ou desembolso de caixa, tais medidas são utilizadas pela Companhia como forma de mensurar seu desempenho, estas medidas são elaboradas em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com as suas demonstrações contábeis.

O EBIT pode ser definido como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, enquanto que o EBITDA pode ser definido como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações, já o EBITDA ajustado ou LAJIDA ajustado é acrescido das despesas e receitas não recorrentes que não configuram ingresso ou desembolso de caixa.

A Administração da Companhia acredita que o EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado são medidas práticas para mensurar o seu desempenho operacional e permitir uma comparação efetiva dos reflexos de diferentes períodos, como medida de valor.

Seguem abaixo os valores de EBIT, EBITDA e EBITDA ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Medições não contábeis	31/12/22	31/12/21	31/12/20
EBIT	43.926	55.513	37.873
EBITDA	50.943	61.921	44.283
EBITDA ajustado	69.221	52.359	44.283

### b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

## 2.5 Medições não contábeis

Cálculo do EBITDA ajustado - Em R\$ mil	31/12/22	31/12/21	31/12/20
Lucro (prejuízo) líquido	6.555	33.810	16.573
( + / - ) Impostos correntes / (Impostos diferidos)	6.437	8.869	6.950
( + / - ) Resultado financeiro	30.934	12.834	14.350
<b>EBIT</b>	<b>43.926</b>	<b>55.513</b>	<b>37.873</b>
( + ) Depreciações e amortizações	7.017	6.408	6.410
<b>EBITDA</b>	<b>50.943</b>	<b>61.921</b>	<b>44.283</b>
( + / - ) Eventos não recorrentes (a)	18.278	(9.562)	-
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>69.221</b>	<b>52.359</b>	<b>44.283</b>

Os valores demonstrados no quadro acima referente ao exercício de 2022, classificados como “eventos não recorrentes” referem-se principalmente aos lançamentos registrados nas rubricas de “Despesas e provisões de processos judiciais”, “Provisão para perda (*Impairment*)”, e “Recuperação de despesas”, classificadas nos grupos de outras receitas e despesas operacionais, conforme notas explicativas nº 25 e nº 26, respectivamente. Em relação ao exercício de 2021, o montante de R\$ 9.562 refere-se ao valor apurado referente a créditos fiscais de ICMS na base do PIS e COFINS, conforme informação divulgada em nota explicativa nº 7 – Impostos a Recuperar.

### c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado como indicadores não contábeis, pois acredita serem medidas práticas para medir seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, itens não recorrentes e outros impactos sem reflexo direto em seu fluxo de caixa. A Companhia acredita que o EBIT, EBITDA e EBITDA ajustado são informações adicionais às suas demonstrações contábeis, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não devem ser utilizadas como base de distribuição de dividendos ou como substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional, como indicadores de desempenho operacional, tampouco como indicadores de liquidez. O EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados ou revisados.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### **EVENTO SUBSEQUENTE ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTERE SUBSTANCIALMENTE**

Não ocorreram eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

## 2.7 Destinação de resultados

### **COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS SOCIAIS**

#### **a) regras sobre retenção de lucros**

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada a participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado a efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório.

O lucro líquido terá a seguinte destinação: 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social; do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei 6404/76, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório e o saldo, se for o caso, que não for apropriado a Reserva de Investimento de Capital, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva de Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Será formada com a parcela de 10% do saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório. Terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do Capital Social.

A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita Reserva Estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir aos acionistas.

#### **b) regras sobre distribuição de dividendos**

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos a conta do lucro apurado no balanço patrimonial semestral, bem como em decorrência de balanços em períodos menores, atendido no último caso, o limite do Artigo 204, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76, ou ainda, declarar dividendos intermediários a conta de lucros acumulados ou reservas, obedecidos os limites legais.

Quando declarados dividendos intermediários, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, para aprovação da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores.

#### **c) periodicidade das distribuições de dividendos**

Nos últimos 3 (três) anos não foram distribuídos dividendos.

#### **d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**

O emissor e suas controladas estão impossibilitados em distribuir dividendos devido a existência de dívidas previdenciárias, bem como pela existência de prejuízos

## 2.7 Destinação de resultados

acumulados que devem ser absorvidos por lucros futuros.

**e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O emissor não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

### **DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:**

**a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem outros itens que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

## **2.9 Comentários sobre itens não evidenciados**

### **COMENTÁRIO DOS DIRETORES SOBRE CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 2.8**

Não se aplica, pois o emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem outros itens que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

## 2.10 Planos de negócios

### **INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR:**

#### **a) Investimentos, incluindo:**

##### **i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Em 2022 os investimentos realizados, pela controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos totalizaram R\$ 10.520 mil (R\$ 4.119 mil em 2021). Os investimentos foram voltados a modernização e melhorias nos processos industriais das unidades fabris da Controlada.

##### **ii. fontes de financiamento dos investimentos**

A Companhia utiliza, além de recursos próprios, parcelamento diretamente com seus fornecedores.

##### **iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há desinvestimentos relevantes, bem como previstos.

#### **b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

No ano a Companhia não efetuou aquisições individuais que influenciam materialmente sua capacidade produtiva, as aquisições fazem parte de um conjunto de ações que visam a maximização da produção.

#### **c) Novos produtos e serviços, indicando:**

Durante o ano não ocorreu produção de novos produtos.

##### **i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Durante o ano não ocorreu nenhuma pesquisa

##### **ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Durante o ano não ocorreu nenhum gasto em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

##### **iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Durante o ano não ocorreu nenhum novo projeto.

## 2.10 Planos de negócios

### **iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Durante o ano não ocorreu nenhum gasto em desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

### **d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

Em relação as práticas de ASG, a Companhia busca se aperfeiçoar em procedimentos e melhorias relacionadas ao meio ambiente, sociedade e práticas de governança, deste modo, desenvolveu internamente uma Política de Meio Ambiente, com intuito de adequar as práticas de gestão ambiental, visando a proteção e conservação do meio ambiente, trabalhando de forma a minimizar os impactos negativos causados por sua atividade. No entanto por se tratar de um assunto novo, a Companhia está realizando o mapeamento dos processos afim de verificar quais pontos de melhorias poderão ser aprimorados.

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

**COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO**

Todas os fatores considerados relevantes pelo emissor, foram descritos nos itens anteriores.

### **3.1 Projeções divulgadas e premissas**

#### **PROJEÇÕES**

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

## 3.2 Acompanhamento das projeções

### **PROJEÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DE SEUS INDICADORES**

Considerando que a Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras, nada há para informar neste item.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### DESCRIÇÃO DOS FATORES DE RISCO

Para elencar os riscos a seguir, a Companhia considerou aqueles que são conhecidos e relevantes na data de divulgação deste Formulário de Referência. No que se refere à parte operacional, foram avaliados os fatores de risco na Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta.

Neste sentido, cabe esclarecer que podem existir outros riscos e incertezas porventura desconhecidos ou considerados menos relevantes neste momento, mas que, da mesma forma, podem impactar potencialmente a operação, o relacionamento com os mercados, o resultado financeiro, o valor de mercado, entre outros.

#### **Fatores de risco:**

A Companhia está sujeita a riscos que impactam no ramo de alimentos em geral, especialmente aqueles relacionados às condições sanitárias, nutricionais e de saúde, por se tratarem de produtos de origem animal.

O abate de aves, assim como toda a produção de origem animal, está sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e os produtos devem ser registrados e aprovados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF), visando garantir a certificação sanitária e tecnológica para o consumidor, respeitando as legislações nacionais e internacionais vigentes. Com isso, o cumprimento das regras sanitárias pela unidade de abatedouro da controlada sofre fiscalização frequente e inspeção interna permanente do SIF, havendo risco de paralização parcial ou completa da produção em caso de irregularidades.

A paralização das atividades de alguma das unidades, mesmo que por outros fatores, também é capaz de afetar as demais unidades por se tratar de uma operação verticalizada.

Além disso, eventual perda de habilitações para exportação dos produtos pode impactar no resultado operacional das unidades, tanto da marca própria quanto na prestação de serviços, em razão da redução da gama de clientes.

Eventos de impacto mundial ou regional, como emergência de saúde, guerras, paralizações, greves, entre outros, podem aumentar os custos dos suprimentos e de

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

produção, afetando adversamente os negócios da Companhia, caso não seja possível repassar o valor aos clientes.

### **Regulação do setor:**

A Companhia está sujeita à regulamentação de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais e à regulamentação de órgãos como Ministério da Agricultura (MAPA), Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) e Ministério do Trabalho e Emprego, relativamente ao processo de fabricação de seus produtos, bem como sua higiene, conservação, embalagem, armazenagem, distribuição e transporte.

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multa, suspensão parcial ou total das atividades, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Mudanças ou alterações nas atuais leis e regulamentações poderiam acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação de suas atividades à nova legislação, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia. Além disso, a imposição de eventuais sanções pecuniárias ou de outra forma em decorrência de descumprimento da regulamentação poderá igualmente ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

### **Questões ambientais:**

As atividades da controlada Companhia Minuano de Alimentos estão sujeitas a uma extensa legislação federal, estadual e municipal voltadas à preservação ambiental.

A Companhia está sujeita às leis abrangentes, regulamentos, autorizações e licenciamentos federais, estaduais e municipais, relativos à interferência em áreas protegidas, ao tratamento e eliminação de resíduos, descargas de poluentes no ar, água e solo, emissões atmosféricas e ruído, entre outros, os quais afetam os seus negócios.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

A inobservância das leis e regulamentos das autoridades ambientais pode resultar, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos, na aplicação de sanções de natureza penal e administrativa, tais como multa, suspensão parcial ou total das atividades, perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento ou suspensão de linhas de financiamento junto a estabelecimentos oficiais de crédito, bem como a proibição de contratar com o poder público, sendo que qualquer dessas sanções pode ter um efeito adverso relevante para suas atividades.

Novas exigências ambientais, interpretações mais rigorosas dos requisitos ambientais existentes ou alterações nas leis e regulamentações, podem acarretar a necessidade de efetuar investimentos substanciais para a adequação, gerando um efeito material adverso sobre os negócios da Companhia, sua condição financeira, seus resultados de operações e seus fluxos de caixa.

Ainda, eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a sua eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos.

Neste sentido, a controlada Companhia Minuano está sempre alerta aos impactos ambientais que suas unidades podem causar, realizando constante monitoramento e revitalizações no que se refere ao trato aos resíduos oriundos do processo produtivo.

A Companhia Minuano de Alimentos possui Política de Meio Ambiente implantada e um sistema adequado de gestão ambiental, visando a proteção e conservação do meio ambiente, trabalhando de forma a minimizar os impactos negativos causados pela atividade.

### **Exigências fiscais governamentais:**

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui risco de exigências quanto a cobranças de dívidas fiscais e descumprimento de acordos já solicitados à Receita Federal do Brasil através de pedidos de parcelamentos, estes riscos caso ocorram podem acarretar na perda de benefícios já concedidos através redução de

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

multa, juros e encargos legais, assim como compensação de débitos com prejuízos fiscais.

### **Contrato de prestação de serviço**

A principal atividade da controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, é a prestação de serviços relacionados a produção de matrizes, produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial, por meio de Contrato de Prestação de Serviço com empresa do ramo que está sujeito a risco de eventuais rompimentos ou não renovação.

### **Falta de suprimentos e variação no custo de produção**

Dentre os componentes para formação dos custos de produção ou custos para prestação de serviços, estão sujeitos a oscilações de preços os custos dos insumos, custos de energia elétrica, custos de manutenção e gastos com reposição, reclamatórias e benefícios a empregados. Contudo, a falta de qualquer destes suprimentos é ainda mais grave do que a oscilação de preço, sendo capaz de inviabilizar a produção.

O preço das matérias-primas e embalagens utilizadas pela controlada Companhia Minuano de Alimentos é volátil e uma oscilação brusca ou inesperada nesses preços poderá ter um efeito adverso para os negócios e resultados do emissor.

O segmento de mercado em que a controlada Companhia Minuano de Alimentos atua é altamente competitivo e enfrenta, há muitos anos, concorrência de outras empresas sólidas, com presença tanto nos mercados regionais e nacional, quanto internacional, o que facilita o acesso às regiões metropolitanas de algumas dessas companhias. A Companhia não tem como garantir que essa dinâmica competitiva não venha a resultar na diminuição do volume de suas vendas e/ou fazer com que tenha que reduzir seus preços, ou, ainda, que não provoque margens de lucro menores.

A maior parte da produção das empresas do setor alimentício é distribuída por meio do mercado varejista. A concentração do mercado varejista em grandes empresas, o que

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

a Companhia acredita ter sido uma tendência mundial e verificada no Brasil, ainda que em menor intensidade, aumenta o poder de barganha dessas empresas, que podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas do setor, inclusive da Companhia e de suas controladas. Essa redução de preços pode ter um efeito adverso para a Companhia.

Ademais, a continuidade do fenômeno de concentração dos setores varejistas pode provocar a diminuição da base de clientes, incluindo a da Companhia, elevando sua dependência aos grandes grupos varejistas muito acima dos patamares que historicamente as mesmas têm mantido, o que pode ter um efeito adverso para a Companhia.

### **Processos administrativos e judiciais:**

O emissor e suas controladas são partes envolvidas em processos judiciais e administrativos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, com risco de resultados desfavoráveis aos interesses da Companhia.

Com relação às questões tributárias, as empresas adotam medidas com vistas a regularizar o evento causador para sanar/evitar o ajuizamento novas execuções fiscais. Entretanto, existem dívidas relevantes relativas à período progresso de crise financeira que ainda estão sendo discutidas judicialmente, com exigibilidade suspensa, de modo que, havendo o prosseguimento destas execuções fiscais, poderá ser necessário efetuar desembolsos expressivos ou prestar novas garantias em juízo.

No caso das ações de natureza cível, a Companhia e suas controladas podem figurar como Réis na discussão de questões rotineiras de seus negócios, tais como pedidos de indenizações por supostas cobranças e inclusões em cadastro de inadimplentes realizadas de forma indevida, alegações de descumprimento contratual, indenizações por danos morais e materiais, dentre outras.

Além disso, em razão do segmento de atuação da Companhia controlada, a quantidade de reclamações trabalhistas ajuizadas por ano também pode ser considerado fator relevante de impacto. Geralmente as ações versam sobre reconhecimento de hora extra e seus reflexos, nulidade de regime de compensação de jornada, indenização por acidente de trabalho, indenização por danos morais e materiais, dentre outras matérias.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### **Questões sociais:**

No que se refere aos fatores de risco no âmbito trabalhista, por se tratar de empregados do ramo frigorífico em sua maior parte podem ocorrer acidentes de trabalho ou doenças a este equiparado sofridos por seus colaboradores, assim considerados todo infortúnio que ocorra com os mesmos quando do exercício de suas atividades. Da mesma forma, o acometimento de doenças ocupacionais, ou seja, com liame causal no exercício das tarefas intrínsecas ao trabalho.

A fim de combater e prevenir tais situações a Companhia Minuano de Alimentos conta com SESMT ativo e observa todos os programas previstos nas normas regulamentadoras que dispõe sobre ergonomia e segurança do trabalho.

Além disso, no âmbito social existem riscos relacionados a falta de mão de obra e a dificuldades na negociação com o Sindicato da categoria, podem reduzir ou paralisar as operações nas unidades.

### **Desmoralização de marcas próprias**

A controlada Companhia Minuano de Alimentos está sujeita a reclamações de consumidores e a reposição de produtos, o que pode afetar negativamente sua imagem, bem como ter um impacto relevante em seus custos, negócios e resultados, acarretando um efeito adverso para a companhia.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos produz e vende alimentos para consumo humano, o que envolve riscos, tais como contaminação e perecimento. Caso a Companhia venha a ser responsabilizada em algum processo de responsabilidade civil relacionado aos seus produtos ou venha a realizar alguma *reposição* de seus produtos, isto poderia impactar negativamente sua lucratividade por um período, dependendo: (i) do volume do produto no mercado; (ii) da reação dos concorrentes; e (iii) da reação dos seus consumidores acarretando, inclusive, custos relevantes de *reposição*, explicações na mídia e com advogados, bem como possíveis pagamentos de indenizações.

Mesmo que não sejam responsabilizadas em uma ação judicial, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação aos seus produtos e à sua qualidade poderia afetar adversamente sua reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

sua imagem corporativa e de suas marcas, o que acarretaria um efeito adverso para a Companhia, seus negócios e resultados.

### **Questões climáticas e de força maior:**

A Companhia pode estar sujeita a incidentes como: incêndio, inundação, vendaval ou temporal, falha no abastecimento de energia e água, sabotagem, acidentes com veículos, greves ou paralizações, surtos, epidemias e pandemias e/ ou vazamento de líquido refrigerante.

Para todos estes incidentes são definidos responsabilidades e procedimentos a serem adotados quando da ocorrência de situações emergenciais, bem como preparação, atendimento e respostas a situação de riscos que possam afetar a legalidade, qualidade e segurança dos alimentos, prevenir lesões, reduzir danos ao patrimônio, bem como prevenir e reduzir danos que possam estar associados a estas situações.

### **Patrimonial:**

É fator de risco nas unidades operacionais do grupo, a ocorrência de eventos que causem danos materiais no patrimônio ocasionados por caso fortuito, força maior ou por ação de terceiros. É política do emissor, assegurar a contratação de seguros a fim de resguardar seu patrimônio.

### **Relação com países estrangeiros:**

Dentre os principais mercados de atuação, podemos citar países localizados no continente Africano, onde a instabilidade financeira pode acarretar a interrupção nas operações comerciais.

Além disso, podemos citar os países localizados em zonas onde há instabilidade política gerada por conflitos religiosos que podem gerar restrições quanto a entrega do container no porto/bloqueios do governo quanto a recebimento da mercadoria.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Pode-se citar também as questões sanitárias como por exemplo, os surtos de Gripe Aviária verificados em diferentes países, e também o estado de pandemia mundial, os quais podem impactar nas transações comerciais do mercado externo.

### **Mercado de capitais:**

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de comprar vender as ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação com outros mercados. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

O emissor pode necessitar de recursos adicionais e poderá optar por obtê-los por meio de colocação pública ou privada de títulos de dívida ou de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, principalmente na hipótese de financiamentos públicos ou privados não estarem disponíveis. Se os acionistas assim decidirem, os recursos adicionais a serem obtidos por meio de aumento do capital social da Companhia, poderão resultar na diluição da participação do investidor nas ações da Companhia.

O acionista controlador da Companhia tem poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia, bem como, sujeito a exceções, determinar o resultado final das matérias, cuja deliberação seja de competência da Assembleia Geral de acionistas, por representar a maioria das ações, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, assim como o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos demais acionistas da Companhia. Adicionalmente, o falecimento do

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

acionista controlador da Companhia ou a sua opção pela venda de parcela significativa ou a totalidade de suas participações para terceiros, podem interferir nos negócios.

Eventual mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos, podem afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

##### **Administradores:**

A Companhia depende de seus membros da alta administração e outros profissionais qualificados para implantar suas estratégias de negócios. Os esforços para atrair e reter profissionais podem resultar em despesas adicionais significativas, podendo afetar a Companhia de forma adversa e impactar os seus resultados. Além disso, a perda de profissionais importantes pode afetar negativamente a capacidade da Companhia de implementar a sua estratégia, bem como as despesas associadas a essas perdas podem afetar os resultados da Companhia. Tais alterações, ou potenciais alterações futuras, na composição da administração da Companhia podem resultar em modificações na estratégia de negócios da Companhia, o que poderá gerar um efeito adverso relevante.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

### **OS 5 (CINCO) PRINCIPAIS FATORES DE RISCO, DENTRE AQUELES ENUMERADOS NO CAMPO 4.1**

Paralisação parcial ou completa da produção em caso de irregularidades nas unidades da controlada indireta.

Falta de suprimentos, energia, água, matéria prima e mão de obra.

Cobranças de dívidas fiscais e descumprimento de parcelamentos firmados junto à Receita Federal do Brasil, das Companhias do grupo.

Perda de habilitações para exportação das unidades da companhia controlada.

Alteração nas condições do contrato de prestação de serviços firmados pela Companhia Minuano de Alimentos.

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

#### RISCOS DE MERCADO

O emissor e suas controladas têm como prática de gestão a análise e monitoramento constante dos riscos aos quais estão expostos e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Administração constantemente monitora as mudanças no cenário econômico, político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de *performance*.

Quanto aos fatores de riscos de mercado, as controladas e coligadas da Companhia estão sujeitas ao risco cambial e oscilação de preço, já que em parte das operações da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, há uma parcela das vendas que são destinadas à exportação, estas estão sujeitas a oscilação da taxa de câmbio praticada no momento da venda, sendo sempre vinculada ao Dólar americano, e sobre a parcela das vendas destinadas ao mercado interno há o risco relacionado a variável “preço de venda”, pois no mercado de atuação existe forte concorrência e isso faz com que os preços se ajustem para o produto ser competitivo com outros grandes “*players*” concorrentes.

Além disso, emissor e suas controladas entendem que, no cenário atual, os riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência contemplam a totalidade de condições desfavoráveis que podem ser considerados como riscos à companhia.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

##### **PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS RELEVANTES**

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas e de outras naturezas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são garantidas por depósitos recursais ou bens.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos assessores jurídicos da Companhia e sociedades controladas.

As contingências avaliadas com risco de perda “provável” são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas, sendo que as provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Registra-se, no entanto, que a chance de perda diz respeito a um aspecto estimativo, não importando, portanto, em qualquer assunção de obrigação.

Abaixo são destacados os processos não sigilosos em que a Companhia ou suas controladas são partes e que são relevantes.

##### ***a) Processos de natureza tributária:***

A Companhia e suas controladas são parte em ações fiscais (judiciais e administrativas), sendo que tais processos estão vinculados a tributos cuja cobrança está sendo discutida em cada âmbito, sendo principalmente contribuições previdenciárias, imposto de renda, IPI, ICMS, entre outros.

Todavia, uma considerável parcela refere-se a processos cujas dívidas fiscais foram parceladas administrativamente (sejam estaduais, sejam federais), sendo que os respectivos saldos se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da empresa, contendo atualização de multa e juros quando aplicável (SELIC).

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

A Companhia optou por reavaliar a relevância dos processos do âmbito tributário que estavam sendo informados anteriormente, sendo elaborada a informação de forma mais objetiva para facilitar a compreensão daqueles que representam maior impacto. Estão destacados abaixo os processos relacionados em Carta de Circularização como de risco alto pela assessoria jurídica, portanto, com valores atualizados para dezembro de 2022, sendo que todos os mais relevantes do grupo envolvem a controlada Companhia Minuano de Alimentos.

##### Ações ordinárias

<b>Processo nº</b>	<b>0064091-31.2014.4.01.3400</b>
a. Juízo	22ª Vara Federal de Brasília/DF
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	15/09/2014
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 241.737.741,36
f. Principais fatos	Ação Anulatória de Decisão Administrativa para suspender a exigibilidade dos débitos compensados com os créditos-prêmio de IPI concedidos por meio de decisão judicial, processo nº 87.00.001354-4.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não foram proferidas decisões de mérito até o momento.
h. Estágio do processo	Aguarda julgamento do Recurso de Apelação interposto.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 410.954.160,31 (valor da causa atualizado)

<b>Processo nº</b>	<b>0062699-22.2015.4.01.3400</b>
a. Juízo	22ª Vara Federal de Brasília/DF
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	21/10/2015
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 46.261.216,80
f. Principais fatos	Ação Anulatória de Decisão Administrativa para manutenção do parcelamento (MP 470), relativo a débitos compensados com os créditos-prêmio de IPI concedidos por meio de decisão judicial, processo nº 87.00.001354-4.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não foram proferidas decisões de mérito até o momento.
h. Estágio do processo	Aguarda realização de perícia.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Impacto financeiro
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 72.528.335,70 (valor da causa atualizado)

**Execuções Fiscais**

<b>Processo nº</b>	<b>5002507-72.2012.4.04.7114</b>
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	18/04/2001
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 672.891,15 (valor da CDA) e imóveis oferecidos como garantia
f. Principais fatos	<p>Objeto da Execução Fiscal: cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS</p> <p>Com base no art. 28 da Lei de Execuções Fiscais, foi determinado o apensamento de outras execuções fiscais ajuizadas em face da Companhia, em andamento, a fim de unificar a garantia da execução: (objeto e valor em 12/2022)</p> <p>5004929-20.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$9.966.919,31</p> <p>5005166-54.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$2.137.331,40</p> <p>5003024-67.2018.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$16.220.831,30</p> <p>5002690-38.2015.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$4.076.785,54</p> <p>5000923-91.2017.4.04.7114/RS: Contribuições</p>

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

Previdenciárias - R\$4.004.205,18
5003799-87.2015.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$4.856.083,37
5002006-21.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$8.001.083,89
5002001-96.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$11.349.536,59
5006448-30.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$5.238.000,51
5005167-39.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$7.167.698,02
5000853-21.2010.4.04.7114/RS: COFINS - R\$7.319.881,11
5000172-07.2017.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$32.599.552,47
5007313-53.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$33.144.490,15
5002976-21.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$32.194.040,34
5007296-17.2012.4.04.7114/RS: IRPJ e Contribuição Social - R\$13.768.403,88
5004733-50.2012.4.04.7114/RS: IRPJ, COFINS e PIS - R\$7.817.005,75
5003750-51.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$10.887.219,66
5003100-33.2014.4.04.7114/RS: IRPJ, COFINS, PIS e Contribuições Previdenciárias - R\$8.825.531,47
5004718-13.2014.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$4.227.496,35
5001413-21.2014.4.04.7114/RS: IRPJ, COFINS, PIS e Multa - R\$1.328.791,34
5002513-79.2012.4.04.7114/RS: COFINS - R\$2.322.377,45
5002508-57.2012.4.04.7114/RS: COFINS - R\$2.085.565,23
5000588-14.2013.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$2.063.873,69
5005219-35.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$1.721.297,06
5005346-94.2017.4.04.7114/RS: FGTS e Contribuição Social - R\$1.598.883,52
5008475-83.2012.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$55.592,57
5000467-10.2018.4.04.7114/RS: Contribuição social - R\$920.270,06
5001393-93.2015.4.04.7114/RS: PIS e COFINS -

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

	<p>R\$1.027.903,99</p> <p>5004636-16.2013.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$922.846,19</p> <p>5004484-65.2013.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$899.194,88</p> <p>5004868-62.2012.4.04.7114/RS: II e Multa CLT - R\$812.343,11</p> <p>5003895-68.2016.4.04.7114/RS: PIS e COFINS - R\$600.557,54</p> <p>5005093-48.2013.4.04.7114/RS: Contribuição Social - R\$13.180,05</p> <p>5005102-10.2013.4.04.7114/RS: Multa - R\$219.905,93</p> <p>5001824-35.2012.4.04.7114/RS: II - R\$128.248,96</p> <p>5001825-20.2012.4.04.7114/RS: IPI - R\$89.249,26</p> <p>5001800-70.2013.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$83.045,56</p> <p>5001309-68.2010.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$75.736,06</p> <p>5007807-44.2014.4.04.7114/RS: Multa - R\$38.806,24</p> <p>5002451-05.2013.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$22.223,28</p> <p>5004109-64.2013.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$21.530,18</p> <p>5002453-72.2013.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$118,86</p> <p>5000572-21.2017.4.04.7114/RS: Contribuições Previdenciárias - R\$1.089.558,56</p> <p>5006460-59.2021.4.04.7104/RS: Multa, IRPJ, Contribuição Previdenciária e Social -</p> <p>5006515-53.2016.4.04.7114/RS: Multa - R\$61.305,34</p> <p>Nem todos os processos estavam no mesmo estágio, portanto o pensamento é discutido nos autos.</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não foram proferidas decisões de mérito até o momento.
h. Estágio do processo	Aguardando realização de perícia técnica contábil
i. Chance de perda	Provável
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Relevante em razão da reunião de diversas execuções fiscais que, em conjunto, alcançam o montante expressivo de R\$281.738.790,72 (atualizado para dezembro de 2022).
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento integral de todas as execuções fiscais envolvidas, que totalizam o montante de R\$ 281.738.790,72 (atualizado para dezembro de 2022).

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>Processo nº</b>	<b>5005868-29.2014.4.04.7114</b>
a. Juízo	1ª Vara Federal de Passo Fundo
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	01/08/2014
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos e União – Fazenda Nacional
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 927.847,64 (valor da CDA) e imóvel oferecido como garantia
f. Principais fatos	Objeto: cobrança de Contribuições Previdenciárias. Embargos à Execução Fiscal ajuizados sob o nº 5000767-74.2015.4.04.7114/RS.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<u>Sentença dos Embargos à Execução Fiscal</u> : julgados parcialmente procedentes os presentes embargos à execução fiscal, para declarar incidentalmente a inconstitucionalidade da contribuição previdenciária sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho e, por conseguinte, determinar que a UNIÃO - FAZENDA NACIONAL proceda à adequação pertinente na execução fiscal embargada, excluindo os valores respectivos.
h. Estágio do processo	Prosseguimento da execução
i. Chance de perda	Provável
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Execução iminente
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Cobrança integral do valor executado (R\$ 927.847,64)

#### **b) Processos de natureza cível:**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em 75 ações cíveis. A maior parte das ações de natureza cível nas quais a Companhia e suas controladas figuram como Réis envolvem questões rotineiras de seus negócios, tais como pedidos de indenizações por supostas cobranças e inclusões em cadastro de inadimplentes realizadas de forma indevida, alegações de descumprimento contratual, indenizações por danos morais e materiais, dentre outras.

Abaixo são destacados os processos cíveis em que a Companhia ou suas controladas são partes e que são relevantes individualmente, constando valor de contingência em 31/12/2022:

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

**Piazzeta, Boeira & Grau – Advocacia Empresarial**

<b>Processo nº</b>	<b>017/1.13.0002978-6 (eproc 5001243-27.2013.8.21.0017)</b>
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	2º Grau
c. Data de instauração	14/05/2013
d. Partes no processo	Piazzeta, Boeira & Grau – Advocacia Empresarial e Companhia Minuano de Alimentos
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 15.625.000,00
f. Principais fatos	<p>O processo se originou da cobrança de honorários baseada em instrumento particular de contrato para recuperação de Crédito de Prêmio de IPI (Ação Declaratória n. 87.00.01354-4).</p> <p>Após a sentença que julgou a procedência da ação, a Companhia optou por divulgar a informação ao mercado por meio de fato relevante em razão do valor envolvido.</p> <p>Em outubro de 2020, a Sulaves S.A. requereu ingresso nos autos como <i>Amicus Curie</i>, apresentando ao Juiz o trânsito em julgado da sentença criminal condenatória da ex-Diretoria da Minuano envolvida com o crime de apropriação indébita previdenciária, em razão do uso indevido do Crédito Prêmio IPI.</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<p><u>Sentença:</u> julgada a procedência da ação, sob o fundamento que o contrato se refere à compensação ou transferência de valores do Crédito Prêmio IPI ou a superveniência de evento financeiro vinculado à fruição do incentivo.</p> <p>A decisão foi baseada no laudo pericial contábil que, após avaliação de assentamentos, livros contábeis e documentos fiscais, não identificou registro de pagamentos dos honorários em discussão e concluiu que em todos os balanços está registrado no ativo os valores referentes ao crédito em questão. O Juízo entendeu que a prova pericial deve prevalecer sobre a testemunhal, condenando a Companhia Minuano a pagar 12% (R\$ 15.625.000,00) do Crédito compensado acrescido de 10% de honorários sucumbenciais sobre o valor da condenação.</p> <p><u>Julgamento do Recurso de Apelação:</u> o Tribunal de Justiça deu provimento ao Recurso apresentado pela Companhia Minuano, decidindo pela reforma da sentença, julgando improcedente o pedido inicial, sob o fundamento de que a imposição de honorários à ré dependia de efetivo êxito. Os julgadores entenderam que, ao indicar as compensações no seu balanço patrimonial, a ré apenas agia na mera expectativa de que a RFB promovesse a homologação, o que não se concretizou ao longo dos anos, gerando severo débito, de modo que não há falar em proveito econômico</p>

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

	decorrente da sentença proferida na ação n. 87.00.01354-4. A decisão também determinou que a autora acará com as custas processuais e R\$ 30.000,00 de honorários advocatícios em favor dos patronos da ré.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento dos Embargos de Declaração apresentados parte autora, em face do julgamento do recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.
i. Chance de perda	Perda Possível
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Relevância financeira
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 81.886.283,71 acrescido de honorários sucumbenciais

**Dimensão Consultoria e Negócios S/S**

<b>Processo nº</b>	<b>017/1.17.0000884-0 (eproc 5001709-79.2017.8.21.0017)</b>
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	22/02/2017
d. Partes no processo	Dimensão Consultoria e Negócios S/S e Companhia Minuano de Alimentos
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 418.751,79 - valor da causa
f. Principais fatos	Processo de execução de título executivo extrajudicial, lastreado em contrato de prestação de serviço de assessoria e aditivos, no qual se busca a condenação da Executada no valor de R\$ 418.751,79, referente aos trabalhos prestados nos anos de 2012/2013.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não foram proferidas decisões de mérito.
h. Estágio do processo	Processo suspenso diante da interposição de Embargos à Execução nº 017/1.17.0002159-6 (descrito abaixo).
i. Chance de perda	Perda Provável
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Parte contrária é empresa de antigo Diretor da Companhia Minuano de Alimentos.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	R\$1.220.593,33
<b>Processo nº</b>	<b>017/1.17.0002159-6 (eproc 5001708-94.2017.8.21.0017)</b>

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	2º Grau
c. Data de instauração	26/04/2017
d. Partes no processo	Dimensão Consultoria e Negócios S/S (embargada) e Companhia Minuano de Alimentos (embargante)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 418.751,79 - valor da causa
f. Principais fatos	Embargos à Execução relativo à Execução de título executivo extrajudicial nº 017/1.17.0000884-0 (acima – baseado em contrato de prestação de serviço de assessoria e aditivos, referente aos trabalhos prestados nos anos de 2012/2013).
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<u>Sentença:</u> Os Embargos à Execução foram julgados parcialmente procedentes, acolhendo o pedido de Excesso de execução, contudo, determinou o compute do aviso prévio de 30 dias no cálculo (corrigidos monetariamente pelo IGPM e acrescidos de juros de mora). Ambas as partes foram condenadas ao pagamento proporcional de custas e despesas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais no montante de R\$ 12.000,00 cada.  <u>Julgamento do Recurso de Apelação da Sentença:</u> o Tribunal julgou parcialmente procedente o recurso da Embargada para reduzir a condenação em custas processuais para 20% e honorários para R\$4.000,00.
h. Estágio do processo	Aguarda nova decisão de admissibilidade do Recurso Especial da Embargante no STJ.
i. Chance de perda	Perda Provável
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Parte contrária é empresa de antigo Diretor da Companhia Minuano de Alimentos.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Prosseguimento do processo de Execução e condenação ao pagamento de custas e honorários sucumbenciais.

**Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger**

<b>Processo nº</b>	<b>017/1.17.0000100-5 (5002118-55.2017.8.21.0017)</b>
a. Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	19/12/2016
d. Partes no processo	Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger, Companhia Minuano de Alimentos e Minupar Participações S.A.
e. Valores, bens ou	R\$ 5.135.868,18 - valor da causa

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

direitos envolvidos	
f. Principais fatos	Processo de execução de título extrajudicial, originário de contrato particular de mútuo oneroso, no valor de R\$ 1.364.850,00.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não foram proferidas decisões de mérito.
h. Estágio do processo	Processo suspenso diante da interposição de Embargos à Execução nº 017/1.17.0002319-0.
i. Chance de perda	Perda Possível
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Parte contrária é antigo Administrador das Companhias do grupo.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 5.135.868,18 e condenação ao pagamento de custas e honorários sucumbenciais

<b>Processo nº</b>	<b>017/1.17.0002319-0 (5002118-55.2017.8.21.0017)</b>
a. Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	2º Grau
c. Data de instauração	04/05/2017
d. Partes no processo	Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger (embargado), Companhia Minuano de Alimentos e Minupar Participações S.A. (embargantes)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.135.868,18 – valor da causa
f. Principais fatos	Embargos à Execução relativo à Execução de Título Extrajudicial nº 017/1.17.0000100-5.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<u>Sentença:</u> Os embargos à execução foram acolhidos, extinguindo a ação de execução pela falta de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo (contrato sem força executiva). Condenou o exequente/embargado ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios em favor dos procuradores das embargantes no valor de R\$ 50.000,00.  <u>Julgamento em sede de Recurso de Apelação:</u> o Tribunal negou provimento ao recurso do embargado, sendo mantida a sentença e majorados os honorários advocatícios para 11% sobre o valor atualizado da execução.
h. Estágio do processo	Aguarda recebimento pelo Superior Tribunal de Justiça
i. Chance de perda	Perda Possível
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Parte contrária é empresa de antigo Diretor da Companhia Minuano de Alimentos.
k. Análise do impacto em caso de perda do	Prosseguimento do processo de Execução e condenação ao pagamento de custas e honorários sucumbenciais.

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

processo	
----------	--

**Dohler S.A.**

<b>Processo nº</b>	<b>017/1.12.0001150-2 (eproc 5000567-21.2009.8.21.0017)</b>
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	06/02/2009
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos, Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger e Dohler S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 154.181,30 (valor da inicial) e 111.359 ações da Minupar
f. Principais fatos	<p>Execução de Título executivo extrajudicial oriundo de Instrumento Particular de Rescisão de Contrato de Cessão de Direitos e Créditos Tributários, para cobrança de cinco parcelas da rescisão.</p> <p>A exequente ajuizou três ações (017/1.09.0001150-2, 017/1.10.0001486-4 e 017/1.12.0000367-0) envolvendo a cobrança das quarenta parcelas firmadas na Rescisão do Contrato e a Companhia interpôs Embargos à Execução em todos os feitos (017/1.09.0006475-4, 017/1.10.0004395-3 e 017/1.12.0004875-4).</p> <p>No decorrer dos processos as partes firmaram acordo (20/10/2011), o qual incluiu o valor principal do débito e honorários advocatícios. O pagamento se daria mediante a transferência de ações da Minupar à Dohler, para venda mensal dessas ações e a utilização do produto dessa venda para o pagamento das parcelas mensais do acordo. As ações não foram vendidas e o acordo foi declarado inválido pelo Tribunal de Justiça do RS em sede de Recurso de Apelação.</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em fevereiro de 2023 foi homologado o acordo firmado entre as partes, o qual envolve a quitação e resolução de todas as discussões judiciais, após integralmente cumprido.
h. Estágio do processo	Está em fase de cumprimento do acordo judicial firmado entre as partes em fevereiro de 2023, envolvendo a quitação das execuções, o encerramento de todas as discussões judiciais (017/1.09.0001150-2, 017/1.10.0001486-4 e 017/1.12.0000367-0) e a devolução das ações entregues no acordo anterior.
i. Chance de perda	Perda provável
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Relevância financeira
k. Análise do impacto em caso de perda do	O inadimplemento do acordo resultará na retomada da execução, com renúncia da executada a qualquer matéria de defesa, tomando como base o valor total da dívida

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

processo	confessada, abatidos os valores pagos, incidindo sobre o montante correção, juros de mora e multa.
----------	----------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>Processo nº</b>	<b>017/1.09.0006475-4 (eproc 5000331-69.2009.8.21.0017)</b>
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	01/09/2009
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos, Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger e Dohler S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 154.181,30 (valor da inicial) e 111.359 ações da Minupar
f. Principais fatos	<p>Embargos à Execução de Título executivo extrajudicial oriundo de Instrumento Particular de Rescisão de Contrato de Cessão de Direitos e Créditos Tributários, para cobrança de cinco parcelas da rescisão</p> <p>A exequente ajuizou três ações (017/1.09.0001150-2, 017/1.10.0001486-4 e 017/1.12.0000367-0) envolvendo a cobrança das quarenta parcelas firmadas na Rescisão do Contrato e a Companhia interpôs Embargos à Execução em todos os feitos (017/1.09.0006475-4, 017/1.10.0004395-3 e 017/1.12.0004875-4).</p> <p>No decorrer dos processos as partes firmaram acordo (20/10/2011), o qual incluiu o valor principal do débito e honorários advocatícios. O pagamento se daria mediante a transferência de ações da Minupar à Dohler, para venda mensal dessas ações e a utilização do produto dessa venda para o pagamento das parcelas mensais do acordo. As ações não foram vendidas e o acordo foi declarado inválido pelo Tribunal de Justiça do RS em sede de Recurso de Apelação.</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<p><u>Sentença:</u> Ocorreu o julgamento conjunto das ações, sendo julgada a parcial procedência dos Embargos à Execução, para: (i) extinguir sem resolução de mérito as Execuções nº 017/1.10.0001486-4 e 017/1.12.0000367-0, seguindo apenas a Execução nº 017/1.09.0006475-4, e (ii) declarar a validade do acordo firmado entre as partes em 20/10/2011 e determinando a venda das ações na ação de execução, para abatimento do valor da dívida.</p> <p><u>Embargos de Declaração da Sentença:</u> retificada a sentença para determinar o seguimento da execução autuada sob o número 017/1.09.000150-2, onde constou Execução nº 017/1.09.0006475-4.</p> <p><u>Julgamento em sede de Recurso de Apelação:</u> o recurso de apelação da Minuano foi desprovido e o recurso da Dohler foi provido para reconhecer a ineficácia do acordo firmado, entendendo pela validade do prosseguimento das três ações de Execução ajuizadas pela Dohler. foram majorados para 12% do valor da execução os honorários</p>

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

	<p>sucumbenciais para os advogados da Dohler.</p> <p>Em fevereiro de 2023 foi homologado o acordo firmado entre as partes, o qual envolve a quitação e resolução de todas as discussões judiciais, após integralmente cumprido.</p>
h. Estágio do processo	<p>Está em fase de cumprimento do acordo judicial firmado entre as partes em fevereiro de 2023, envolvendo a quitação das execuções, o encerramento de todas as discussões judiciais (017/1.09.0001150-2, 017/1.10.0001486-4 e 017/1.12.0000367-0) e a devolução das ações entregues no acordo anterior.</p>
i. Chance de perda	Perda possível
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Relevância financeira
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	<p>O inadimplemento do acordo resultará na retomada da execução, com renúncia da executada a qualquer matéria de defesa, tomando como base o valor total da dívida confessada, abatidos os valores pagos, incidindo sobre o montante correção, juros de mora e multa.</p>

<b>Processo nº</b>	<b>017/1.10.0001486-4 (eproc 5000281-09.2010.8.21.0017)</b>
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	13/04/2010
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos, Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger e Dohler S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 352.631,28 (valor da inicial) e 111.359 ações da Minupar
f. Principais fatos	<p>Execução de Título executivo extrajudicial oriundo de Instrumento Particular de Rescisão de Contrato de Cessão de Direitos e Créditos Tributários, para cobrança de onze parcelas da rescisão.</p> <p>A exequente ajuizou três ações (017/1.09.0001150-2, 017/1.10.0001486-4 e 017/1.12.0000367-0) envolvendo a cobrança das quarenta parcelas firmadas na Rescisão do Contrato e a Companhia interpôs Embargos à Execução em todos os feitos (017/1.09.0006475-4, 017/1.10.0004395-3 e 017/1.12.0004875-4).</p> <p>No decorrer dos processos as partes firmaram acordo (20/10/2011), o qual incluiu o valor principal do débito e honorários advocatícios. O pagamento se daria mediante a transferência de ações da Minupar à Dohler, para venda mensal dessas ações e a utilização do produto dessa venda para o pagamento das parcelas mensais do acordo. As ações não foram vendidas e o acordo foi declarado inválido pelo Tribunal de Justiça do RS em sede de Recurso de Apelação.</p>

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em fevereiro de 2023 foi homologado o acordo firmado entre as partes, o qual envolve a quitação e resolução de todas as discussões judiciais, após integralmente cumprido.
h. Estágio do processo	Está em fase de cumprimento do acordo judicial firmado entre as partes em fevereiro de 2023, envolvendo a quitação das execuções, o encerramento de todas as discussões judiciais (017/1.09.0001150-2, 017/1.10.0001486-4 e 017/1.12.0000367-0) e a devolução das ações entregues no acordo anterior.
i. Chance de perda	Perda provável
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Relevância financeira
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	O inadimplemento do acordo resultará na retomada da execução, com renúncia da executada a qualquer matéria de defesa, tomando como base o valor total da dívida confessada, abatidos os valores pagos, incidindo sobre o montante correção, juros de mora e multa.

<b>Processo nº</b>	<b>017/1.10.0004395-3 (eproc 5000274-17.2010.8.21.0017)</b>
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	01/09/2009
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos, Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger e Dohler S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 352.631,28 (valor da inicial) e 111.359 ações da Minupar
f. Principais fatos	<p>Embargos à Execução de Título executivo extrajudicial oriundo de Instrumento Particular de Rescisão de Contrato de Cessão de Direitos e Créditos Tributários, para cobrança de cinco parcelas da rescisão</p> <p>A exequente ajuizou três ações (017/1.09.0001150-2, 017/1.10.0001486-4 e 017/1.12.0000367-0) envolvendo a cobrança das quarenta parcelas firmadas na Rescisão do Contrato e a Companhia interpôs Embargos à Execução em todos os feitos (017/1.09.0006475-4, 017/1.10.0004395-3 e 017/1.12.0004875-4).</p> <p>No decorrer dos processos as partes firmaram acordo (20/10/2011), o qual incluiu o valor principal do débito e honorários advocatícios. O pagamento se daria mediante a transferência de ações da Minupar à Dohler, para venda mensal dessas ações e a utilização do produto dessa venda para o pagamento das parcelas mensais do acordo. As ações não foram vendidas e o acordo foi declarado inválido pelo Tribunal de Justiça do RS em sede de Recurso de Apelação.</p>

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<p><u>Sentença</u>: Ocorreu o julgamento conjunto das ações, sendo julgada a parcial procedência dos Embargos à Execução, para: (i) extinguir sem resolução de mérito as Execuções nº 017/1.10.0001486-4 e 017/1.12.0000367-0, seguindo apenas a Execução nº 017/1.09.0006475-4, e (ii) declarar a validade do acordo firmado entre as partes em 20/10/2011 e determinando a venda das ações na ação de execução, para abatimento do valor da dívida.</p> <p><u>Embargos de Declaração da Sentença</u>: retificada a sentença para determinar o seguimento da execução autuada sob o número 017/1.09.000150-2, onde constou Execução nº 017/1.09.0006475-4.</p> <p><u>Julgamento em sede de Recurso de Apelação</u>: o recurso de apelação da Minuano foi desprovido e o recurso da Dohler foi provido para reconhecer a ineficácia do acordo firmado, entendendo pela validade do prosseguimento das três ações de Execução ajuizadas pela Dohler. foram majorados para 12% do valor da execução os honorários sucumbenciais para os advogados da Dohler.</p> <p>Em fevereiro de 2023 foi homologado o acordo firmado entre as partes, o qual envolve a quitação e resolução de todas as discussões judiciais, após integralmente cumprido.</p>
h. Estágio do processo	Está em fase de cumprimento do acordo judicial firmado entre as partes em fevereiro de 2023, envolvendo a quitação das execuções, o encerramento de todas as discussões judiciais (017/1.09.0001150-2, 017/1.10.0001486-4 e 017/1.12.0000367-0) e a devolução das ações entregues no acordo anterior.
i. Chance de perda	Perda possível
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Relevância financeira
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	O inadimplemento do acordo resultará na retomada da execução, com renúncia da executada a qualquer matéria de defesa, tomando como base o valor total da dívida confessada, abatidos os valores pagos, incidindo sobre o montante correção, juros de mora e multa.

<b>Processo nº</b>	<b>017/1.12.0000367-0 (eproc 5000397-44.2012.8.21.0017)</b>
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	23/02/2012
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos, Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger e Dohler S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.436.246,51 (valor da inicial) e 111.359 ações da Minupar

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

f. Principais fatos	<p>Execução de Título executivo extrajudicial oriundo de Instrumento Particular de Rescisão de Contrato de Cessão de Direitos e Créditos Tributários, para cobrança de cinco parcelas da rescisão.</p> <p>A exequente ajuizou três ações (017/1.09.0001150-2, 017/1.10.0001486-4 e 017/1.12.0000367-0) envolvendo a cobrança das quarenta parcelas firmadas na Rescisão do Contrato e a Companhia interpôs Embargos à Execução em todos os feitos (017/1.09.0006475-4, 017/1.10.0004395-3 e 017/1.12.0004875-4).</p> <p>No decorrer dos processos as partes firmaram acordo (20/10/2011), o qual incluiu o valor principal do débito e honorários advocatícios. O pagamento se daria mediante a transferência de ações da Minupar à Dohler, para venda mensal dessas ações e a utilização do produto dessa venda para o pagamento das parcelas mensais do acordo. As ações não foram vendidas e o acordo foi declarado inválido pelo Tribunal de Justiça do RS em sede de Recurso de Apelação.</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em fevereiro de 2023 foi homologado o acordo firmado entre as partes, o qual envolve a quitação e resolução de todas as discussões judiciais, após integralmente cumprido.
h. Estágio do processo	Está em fase de cumprimento do acordo judicial firmado entre as partes em fevereiro de 2023, envolvendo a quitação das execuções, o encerramento de todas as discussões judiciais (017/1.09.0001150-2, 017/1.10.0001486-4 e 017/1.12.0000367-0) e a devolução das ações entregues no acordo anterior.
i. Chance de perda	Perda provável
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Relevância financeira
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	O inadimplemento do acordo resultará na retomada da execução, com renúncia da executada a qualquer matéria de defesa, tomando como base o valor total da dívida confessada, abatidos os valores pagos, incidindo sobre o montante correção, juros de mora e multa.

<b>Processo nº</b>	<b>017/1.12.0004875-4 (eproc 5000610-50.2012.8.21.0017)</b>
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	13/11/2012
d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos, Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger e Dohler S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.436.243,51 (valor da inicial) e 111.359 ações da Minupar

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. Principais fatos	<p>Embargos à Execução de Título executivo extrajudicial oriundo de Instrumento Particular de Rescisão de Contrato de Cessão de Direitos e Créditos Tributários, para cobrança de cinco parcelas da rescisão</p> <p>A exequente ajuizou três ações (017/1.09.0001150-2, 017/1.10.0001486-4 e 017/1.12.0000367-0) envolvendo a cobrança das quarenta parcelas firmadas na Rescisão do Contrato e a Companhia interpôs Embargos à Execução em todos os feitos (017/1.09.0006475-4, 017/1.10.0004395-3 e 017/1.12.0004875-4).</p> <p>No decorrer dos processos as partes firmaram acordo (20/10/2011), o qual incluiu o valor principal do débito e honorários advocatícios. O pagamento se daria mediante a transferência de ações da Minupar à Dohler, para venda mensal dessas ações e a utilização do produto dessa venda para o pagamento das parcelas mensais do acordo. As ações não foram vendidas e o acordo foi declarado inválido pelo Tribunal de Justiça do RS em sede de Recurso de Apelação.</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<p><u>Sentença:</u> Ocorreu o julgamento conjunto das ações, sendo julgada a parcial procedência dos Embargos à Execução, para: (i) extinguir sem resolução de mérito as Execuções nº 017/1.10.0001486-4 e 017/1.12.0000367-0, seguindo apenas a Execução nº 017/1.09.0006475-4, e (ii) declarar a validade do acordo firmado entre as partes em 20/10/2011 e determinando a venda das ações na ação de execução, para abatimento do valor da dívida.</p> <p><u>Embargos de Declaração da Sentença:</u> retificada a sentença para determinar o seguimento da execução autuada sob o número 017/1.09.000150-2, onde constou Execução nº 017/1.09.0006475-4.</p> <p><u>Julgamento em sede de Recurso de Apelação:</u> o recurso de apelação da Minuano foi desprovido e o recurso da Dohler foi provido para reconhecer a ineficácia do acordo firmado, entendendo pela validade do prosseguimento das três ações de Execução ajuizadas pela Dohler. foram majorados para 12% do valor da execução os honorários sucumbenciais para os advogados da Dohler.</p> <p>Em fevereiro de 2023 foi homologado o acordo firmado entre as partes, o qual envolve a quitação e resolução de todas as discussões judiciais, após integralmente cumprido.</p>
h. Estágio do processo	<p>Está em fase de cumprimento do acordo judicial firmado entre as partes em fevereiro de 2023, envolvendo a quitação das execuções, o encerramento de todas as discussões judiciais (017/1.09.0001150-2, 017/1.10.0001486-4 e 017/1.12.0000367-0) e a devolução das ações entregues no acordo anterior.</p>
i. Chance de perda	Perda possível
j. Motivo pelo qual é	Relevância financeira

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

considerado relevante	
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	O inadimplemento do acordo resultará na retomada da execução, com renúncia da executada a qualquer matéria de defesa, tomando como base o valor total da dívida confessada, abatidos os valores pagos, incidindo sobre o montante correção, juros de mora e multa.

**Agostinho Carrer Participações S.A. e Frigorífico Nova Araçá Ltda.**

<b>Processo nº</b>	<b>017/1.14.0000721-0 (eproc 5001358-14.2014.8.21.0017)</b>
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	18/02/2014
d. Partes no processo	Minupar Participações S.A. (exequente), Agostinho Carrer Participações S.A. e Frigorífico Nova Araçá Ltda. (executadas)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14.652.270,03

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

f. Principais fatos	<p>Ação de Execução de Título Extrajudicial relativa a Escritura Pública de Mútuo firmada entre as partes. O mútuo foi firmado em virtude do Contrato de Promessa de Aquisição, Incorporação ou Fusão Societária e Outras Avenças que as partes firmaram, no entanto, após a Due Diligence a aquisição/incorporação/fusão não foi concretizada.</p> <p>As executadas ajuizaram Embargos à Execução sob o nº 017/1.14.0003383-1 em 16/06/2014, descrito a seguir.</p> <p>Em 11/10/2019, nos autos dos Embargos à Execução, foi homologado o acordo firmado englobando todos os processos em tramitação entre as partes e incluindo a Companhia Minuano de Alimentos e os senhores Orlando Carrer e Pedro Carrer, que eram partes dos outros processos (autuados sob nº 017/1.14.0003383-1, 051/1.14.0001737-6, 090/1.15.0002414-0 e 017/1.15.0001091-4).</p> <p>Em fevereiro de 2020 foi determinada penhora no rosto dos autos para pagamento de Execução Fiscal nº 5003100-33.2014.4.04.7114 (União x Minuano), passando a ser depositados os valores judicialmente.</p> <p>Em novembro de 2023 foi verificado o descumprimento integral do acordo, restando possibilitado o prosseguimento da execução.</p> <p>Em janeiro de 2023 a Companhia tomou conhecimento do pedido de Recuperação Judicial ajuizado pela executada Frigorífico Nova Araçá Ltda. (atual Agroaraçá Indústria de Alimentos).</p>
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 11/10/2019, nos autos dos Embargos à Execução, foi homologado o acordo firmado englobando este e os demais processos em tramitação entre as partes, bem como, a Companhia Minuano de Alimentos e os senhores Orlando Carrer e Pedro Carrer, que eram partes dos outros processos.
h. Estágio do processo	Execução em andamento.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Relevância financeira
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não recebimento do crédito, caso a Companhia não tenha êxito na cobrança dos valores.
<b>Processo nº</b>	<b>017/1.14.0003383-1 (eproc 5000240-03.2014.8.21.0017)</b>
l. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado/RS
m. Instância	1º Grau
n. Data de instauração	16/06/2014

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

o. Partes no processo	Minupar Participações S.A. (embargada), Agostinho Carrer Participações S.A. e Frigorífico Nova Araçá Ltda. (embargantes)
p. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14.652.270,03
q. Principais fatos	<p>Embargos à Execução de Título Extrajudicial relativa a Escritura Pública de Mútuo firmada entre as partes.</p> <p>Em 11/10/2019 foi homologado o acordo firmado englobando todos os processos em tramitação entre as partes e incluindo a Companhia Minuano de Alimentos e os senhores Orlando Carrer e Pedro Carrer, que eram partes dos outros processos.</p> <p>Em fevereiro de 2020 foi determinada penhora no rosto dos autos para pagamento de Execução Fiscal nº 5003100-33.2014.4.04.7114 (União x Minuano), passando a ser depositados os valores judicialmente.</p> <p>Em novembro de 2022 foi verificado o descumprimento integral do acordo, restando possibilitado o prosseguimento da execução.</p> <p>Em janeiro de 2023 a Companhia tomou conhecimento do pedido de Recuperação Judicial ajuizado pela executada Frigorífico Nova Araçá Ltda. (atual Agroaraçá Indústria de Alimentos).</p>
r. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 11/10/2019, nos autos dos Embargos à Execução, foi homologado o acordo firmado englobando este e os demais processos em tramitação entre as partes, bem como, a Companhia Minuano de Alimentos e os senhores Orlando Carrer e Pedro Carrer, que eram partes dos outros processos.
s. Estágio do processo	Suspensão
t. Chance de perda	Não se aplica, pois o acordo envolveu o encerramento da discussão neste processo.
u. Motivo pelo qual é considerado relevante	O acordo foi firmado e estava sendo cumprido nestes autos.
v. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não se aplica, pois o acordo envolveu o encerramento da discussão neste processo.

**Tecon Imbituba S.A. e Aliança Navegação e Logística Ltda.**

<b>Processo nº</b>	<b>0004335-75.2013.8.24.0030</b>
a. Juízo	1ª Vara Judicial de Imbituba/SC
b. Instância	1º grau
c. Data de instauração	27/08/2013

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

d. Partes no processo	Companhia Minuano de Alimentos, Tecon Imbituba S.A. e Aliança Navegação e Logística Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 517.465,01 (valor da causa)
f. Principais fatos	Ação de declaratória de inexigibilidade de débito referente a cobrança de <i>demurrages</i> e armazenagem de mercadorias vendidas pela Companhia.  Reconhecida a existência de conexão com o processo nº 0301149-34.2014.8.24.0030/SC.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não foram proferidas decisões de mérito.
h. Estágio do processo	O processo está em fase de instrução aguardando a oitiva de uma testemunha.
i. Chance de perda	Perda provável
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Relevância financeira do processo relacionado.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Risco de pagamento integral do valor cobrado no processo nº 0301149-34.2014.8.24.0030/SC e honorários sucumbenciais deste processo.

<b>Processo nº</b>	<b>0301149-34.2014.8.24.0030</b>
a. Juízo	1ª Vara Judicial de Imbituba/SC
b. Instância	1º grau
c. Data de instauração	02/06/2014
d. Partes no processo	Aliança Navegação e Logística Ltda. (atual Hamburg Sud Brasil Ltda.) e Companhia Minuano de Alimentos
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.076.569,13 (valor da causa)
f. Principais fatos	Trata-se de ação de cobrança sobre estadias visando indenização relativa aos serviços prestados pelo período em que os contêineres permaneceram armazenados no porto de destino por período superior ao contratado.  Reconhecida a existência de conexão com o processo nº 0004335-75.2013.8.24.0030/SC.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não foram proferidas decisões de mérito.
h. Estágio do processo	O processo está em fase de instrução aguardando a oitiva de uma testemunha.
i. Chance de perda	Perda provável
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Relevância financeira do processo relacionado.
k. Análise do impacto em caso de perda do	Risco de pagamento integral do valor atualizado e

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

processo	honorários sucumbenciais.
----------	---------------------------

**Município de Cruzeiro do Sul**

<b>Processo nº</b>	<b>5004391-65.2021.8.21.0017</b>
a. Juízo	1ª Vara Cível de Lajeado/RS
b. Instância	1º grau
c. Data de instauração	21/07/2021
d. Partes no processo	Município de Cruzeiro do Sul e Companhia Minuano de Alimentos
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Imóvel localizado no município de Cruzeiro do Sul
f. Principais fatos	O Município de Cruzeiro do Sul efetivou a revogação da doação do imóvel por suposto descumprimento de encargo, requerendo a reversão do bem ao patrimônio público.  A doação ocorreu em 1973, e se deu por escritura pública, contendo como condição a “construção de moderno aviário”.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não foram proferidas decisões de mérito.
h. Estágio do processo	O processo se encontra conclusivo para julgamento.
i. Chance de perda	Perda possível
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Envolve imóvel da Companhia controlada
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Risco de reversão do imóvel ao patrimônio público

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

##### **c) Processos de natureza trabalhista:**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas figuravam como reclamadas em 458 processos judiciais de natureza trabalhista, principalmente decorrentes da operação executada na Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta. A quantidade representa 190 ações a menos em comparação ao final do ano de 2021, data em que haviam 648 reclamationárias em andamento.

No ano de 2021 foram ajuizadas 156 novas reclamationárias, enquanto no ano de 2022 foram protocoladas 125, ou seja, uma redução de 19,87% em relação ao ano anterior. Entretanto, durante o ano de 2022 foram baixados e arquivados 272 Reclamationárias, causando redução expressiva no total de processos em andamento. A Companhia atribui essa redução de processos aos esforços empregados tanto no trabalho preventivo, quanto na realização estratégica de acordos e na mitigação de medidas judiciais com prognóstico reduzido de êxito.

Do total, 48 processos estavam suspensos pelo Tema 1046 do Supremo Tribunal Federal, o qual aguarda julgamento em âmbito nacional. Além disso, 59 reclamationárias decorrem do fechamento da unidade de Passo Fundo/RS em 2015, ou seja, 12,88% do total.

Além das reclamationárias, há uma Ação Civil Pública em tramitação que versa sobre horas *in itinere*, conforme detalhamento abaixo. No final de 2022, a provisão para perdas prováveis nestes processos alcançava o montante aproximado de R\$ 9.868 mil, com depósitos recursais de aproximadamente R\$ 4.668 mil.

Todos os processos estão registrados em sistema interno e são cuidadosamente acompanhados pelo corpo jurídico em conjunto com escritório de advocacia externo.

Os processos na esfera trabalhista mais relevantes individualmente estão descritos a seguir:

<b>Processo nº</b>	<b>0021399-11.2016.5.04.0771</b>
a. Juízo	1ª Vara do Trabalho de Lajeado/RS
b. Instância	2º Grau
c. Data de instauração	23/12/2016
d. Partes no processo	D.H., C.M.A., S.S., V.S. e M.P.S.
e. Valores, bens ou	R\$ 530.000,00

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

direitos envolvidos	
f. Principais fatos	Reclamatória trabalhista em que requeridas diferenças do período em que atuou como Diretor e salariais, bem como, indenização por danos morais.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<u>Sentença</u> : Julgada parcialmente procedente a Reclamatória, condenando as Reclamadas, solidariamente, ao pagamento de: reflexos do "cartão presente" em férias e FGTS; diferenças de bônus relativo ao Plano de Metas; e indenização por dano moral.
h. Estágio do processo	Aguarda julgamento do Agravo de Instrumento em Recurso de Revista no Tribunal Superior do Trabalho.
i. Chance de perda	Perda Provável
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Parte contrária é antigo Diretor
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 170.918,50

<b>Processo nº</b>	<b>0020183-44.2018.5.04.0771</b>
a. Juízo	1ª Vara do Trabalho de Lajeado/RS
b. Instância	2º Grau
c. Data de instauração	13/04/2018
d. Partes no processo	R.Z., C.M.A, S.S., V.S. e M.P.S.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 506.403,26
f. Principais fatos	Reclamatória trabalhista em que requerida a nulidade da suspensão do contrato de trabalho no período em que o reclamante atuou como Diretor, diferenças salariais e indenização por danos morais.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<u>Sentença</u> : julgados PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos para condenar as reclamadas, solidariamente, ao pagamento dos valores não prescritos, referentes a diferenças de bônus relativo ao Plano de Metas e indenização por dano moral.  <u>Julgamento de Recurso Ordinário</u> : o Tribunal acresceu à condenação o reconhecimento da relação empregatícia enquanto o Reclamante foi Diretor Estatutário, pagamento de diferenças de verbas rescisórias, incorporação ao salário dos valores recebidos por cartão corporativo, majorou os danos morais e majorou valor devido a título de plano de metas.
h. Estágio do processo	Aguarda julgamento do Agravo de Instrumento em Recurso de Revista no Tribunal Superior do Trabalho.
i. Chance de perda	Perda Provável

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Valores elevados e parte contrária é antigo Diretor
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 786.814,64

<b>Processo nº</b>	<b>0020323-75.2018.5.04.0772</b>
a. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Lajeado/RS
b. Instância	2º grau
c. Data de instauração	02/07/2018
d. Partes no processo	M. P. T. e C. M. A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$300.000,00 e obrigação de computar a jornada <i>in itinere</i>
f. Principais fatos	Ação Civil Pública ajuizada para requerer que a Companhia realize o cômputo das horas <i>in itinere</i> na jornada de trabalho dos empregados e o pagamento de indenização por danos morais.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	<p><u>Sentença</u>: julgado parcialmente procedente para condenar ao pagamento de dano moral coletivo no importe de R\$300 mil pelo não cumprimento da legislação.</p> <p><u>Julgamento dos Recursos Ordinários</u>: O Tribunal deu parcial provimento ao recurso do autor para determinar que seja computado na jornada de trabalho o tempo despendido a título de horas <i>in itinere</i>, para os empregados cujo vínculo teve início até a data de 10/11/2017, em parcelas vencidas e vincendas, quando concedida a condução ao local de trabalho. Fixada multa de R\$10 mil por mês em caso de descumprimento e majorados os danos morais para R\$ 500 mil.</p> <p>Em julgamento de Embargos de Declaração, houve modificação para fazer constar que: (1) a determinação se restringe ao registro da jornada <i>in itinere</i> e sua manutenção, em ocorrências consolidadas e futuras, e não ao seu efetivo cômputo na jornada de trabalho; (2) fica pronunciada a prescrição bienal em relação aos contratos encerrados antes de 07/06/2016; (3) reduzir o valor dos danos morais para R\$350 mil.</p>
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho do Agravo Interno interposto pelo autor.
i. Chance de perda	Provável
j. Motivo pelo qual é considerado relevante	Envolve direito coletivo e risco de condenação financeira elevada.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 350.000,00 e obrigação de registrar a jornada <i>in itinere</i> , mesmo após a Reforma Trabalhista.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Além disso, em razão do segmento de atuação da Companhia controlada, a quantidade de reclamações trabalhistas ajuizadas por ano também pode ser considerado fator relevante de impacto. Referidas ações versam basicamente sobre reconhecimento de hora extra e seus reflexos, nulidade de regime de compensação de jornada, indenização por acidente de trabalho, indenização por danos morais e materiais, dentre outras matérias.

As principais matérias discutidas nos processos trabalhistas provisionados estão abaixo elencadas:

##### **1) Horas Extras e Reflexos e Horas *in itinere*:**

A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos tendo como objeto o pleito de horas extraordinárias de trabalho (como intervalo intrajornada, térmico e da mulher, tempo à disposição, tempo para troca de uniforme, dentre outros) e horas *in itinere*.

Raramente a Companhia é condenada em processos com pedidos de horas *in itinere* referentes ao período posterior à edição da Lei nº 13.467/2017, que reformou a legislação trabalhista nesta matéria.

##### **2) Nulidade de regime de compensação de jornada:**

Mediante alegações de prestação de horas extras habituais realizados em atividades relacionadas em condições insalubres, a controlada Companhia Minuano de Alimentos é comumente condenada pelo Poder Judiciário ao pagamento das verbas referente à declaração de invalidade do regime de compensação de jornada previsto no seu Acordo Coletivo.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Com o advento da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que prevê prevalência do Acordo Coletivo sobre o artigo 60 da CLT, houve uma gradual mudança de entendimento dos julgadores, que passaram a avaliar a habitualidade da prestação de horas extras individualmente. Essa perspectiva ganhou mais força com a determinação de suspensão nacional de processos que envolviam discussão sobre a validade de norma coletiva que limite ou restrinja direito trabalhista não assegurado constitucionalmente, conforme despacho proferido pelo Ministro Gilmar Mendes no *Leading Case* ARE 1121633, representativo do Tema 1046 do Supremo Tribunal Federal – STF. O julgamento do Tema ocorreu em junho de 2022, se firmando a tese de que são constitucionais os acordos coletivos que pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis. Assim, espera-se que as decisões judiciais se firmem no sentido de reconhecer a cláusula constante no acordo coletivo da Companhia, afastando condenações em sentido contrário.

##### **3) *Acidente de Trabalho ou Doença a este equiparado:***

A controlada Companhia Minuano de Alimentos figura como ré em diversos processos que têm como objeto o pleito de indenizações por danos ligados a acidentes de trabalho ou doenças a este equiparado sofridos por seus colaboradores, assim considerados todo infortúnio que ocorra com os mesmos quando do exercício de suas atividades. Da mesma forma, o acometimento de doenças ocupacionais, ou seja, com liame causal no exercício das tarefas intrínsecas ao trabalho.

A fim de combater e prevenir tais situações a Companhia Minuano de Alimentos conta com SESMT ativo e observa todos os programas previstos nas normas regulamentadoras que dispõe sobre ergonomia e segurança do trabalho.

##### **4) *Indenização por Danos Morais:***

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Alguns dos processos de natureza trabalhista, além dos pedidos ligados ao próprio contrato de trabalho, discutem matérias de ordem moral supostamente causados pela Companhia e suas controladas. Tais pedidos fundamentam-se em supostas ações ou omissões dos prepostos que tenham porventura ferido os bens de ordem moral do requerente.

A fim de combater e prevenir tais situações a controlada Companhia Minuano de Alimentos conta com RH ativo e setor de *Compliance*. Foi implantado Canal de Denúncias terceirizado, o que oportuniza a realização do serviço em ambiente totalmente externo, estando disponível a denúncia anônima. Também está disponível a Caixa de Ideias, localizadas em diversos pontos das unidades ou podendo ser acessada através do aplicativo para dispositivos móveis disponível aos funcionários.

##### **5) Indenização por Danos Materiais:**

Grande parte dos processos de natureza trabalhista, além dos pedidos ligados ao próprio contrato de trabalho, discutem matérias de ordem material causados pela Companhia, decorrentes dos mais variados tipos de ações ou omissões de seus colaboradores que tenham porventura ferido um bem patrimonial do requerente, diminuindo o valor dele, restringindo sua utilidade, ou mesmo a anulando.

Exemplo disso ocorre nos casos que incluem discussão de acidente ou doença do trabalho, onde através de laudos médicos é possível quantificar a perda da capacidade laborativa do caso. Eventual perda laborativa é quantificada através de tabela da SUSEPE, amplamente conhecida entre os médicos peritos.

#### 4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

##### **INDICAR O VALOR TOTAL PROVISIONADO DOS PROCESSOS DESCRITOS NO ITEM 4.4**

A Companhia e suas controladas provisionam os valores de risco de perda provável do montante discutido em processos judiciais nos quais são partes, com base na avaliação dos assessores jurídicos. Além desses, também são contingenciados os processos com risco de perda possível, contudo, sem provisão contábil.

Ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os processos judiciais com probabilidade de risco de perda provável somavam R\$ 14.887 mil.

Deste valor, a provisão para perdas prováveis nos processos de natureza cível totalizava R\$ 4.838 mil, havendo, contudo, depósitos judiciais no montante de R\$1.908 mil. Dos processos de natureza trabalhista, a provisão alcançava o montante aproximado de R\$ 9.868 mil, havendo depósitos recursais de aproximadamente R\$ 4.668 mil.

Por fim, a provisão de perdas prováveis de processos de natureza tributária alcança o montante de R\$181 mil, relativo ao valor atualizado de uma ação monitória movida em face da Companhia Minuano. As execuções fiscais, entretanto, são tratadas como passivos tributários, os quais são reconhecidos como obrigações tributárias nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

## 4.6 Processos sigilosos relevantes

### PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES

A Companhia e suas controladas são parte, em sua grande maioria, em processos públicos, conforme descritos nos itens 4.4 e 4.5, no entanto, daqueles enquadrados como em Segredo de Justiça, destacamos os seguintes:

#### *Processos de natureza Cível*

<b>Processo nº</b>	<b>5002410-98.2021.8.21.0017</b>
a. Juízo	2ª Vara Cível de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	30/04/2021
d. Partes no processo	A.C.R.C, W.B.R, M.P.S., C.C.S.V, M.S.H e C.E.H.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Anulação de convocação de Assembleia Geral Ordinária que havia sido convocada para ocorrer em abril de 2021. Impossibilitada a realização da Assembleia na data convocada, a Companhia realizou nova convocação e a Assembleia foi realizada com atraso.
f. Chance de perda	Possível
g. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento de honorários sucumbenciais e custas

#### *Processos de natureza Trabalhista*

<b>Processo nº</b>	<b>0020756-19.2017.5.04.0771</b>
a. Juízo	1ª Vara do Trabalho de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	03/07/2017
d. Partes no processo	M.A.C.A, C.M.A, M.P.S, S.A, V.S.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Diferenças salariais e indenização. Valor da causa R\$ 530.000,00.
f. Chance de perda	Perda Provável
g. Análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 125.661,63 – em março de 2023 foi encerrada a fase de instrução e confirmado o valor da condenação.

**4.6 Processos sigilosos relevantes**

<b>Processo nº</b>	<b>0020783-23.2022.5.04.0772</b>
a. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Lajeado/RS
b. Instância	1º Grau
c. Data de instauração	31/10/2022
d. Partes no processo	L. V. C. e M. V. C. S. X C. M. A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Indenização por danos morais e materiais. Valor da causa R\$ 3.032.600,00
f. Chance de perda	Perda Provável
g. Análise do impacto em caso de perda do processo	R\$ 3.032.600,00 atualizado e acrescido de honorários e custas.

## 4.7 Outras contingências relevantes

### **OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES**

Todas as contingências relevantes da Companhia ou suas controladas estão abrangidas pelos itens anteriores.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### EM RELAÇÃO AOS RISCOS INDICADOS NO ITEM 4.1 E 4.3

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:**

O emissor não formalizou uma política de gerenciamento de riscos em razão de não realizar as atividades operacionais do grupo, as quais estão centralizadas na Companhia Minuano de Alimentos, sociedade anônima de capital fechado que é sua controlada indireta. Quando existentes políticas aprovadas na Companhia Minuano, os procedimentos realizados para as demais empresas do grupo devem observar as mesmas regras.

Na controlada indireta, a política de gerenciamento de riscos de Compliance foi formalizada através do mapeamento de riscos internos da operação inerentes as áreas mais expostas a riscos da empresa. O mapeamento foi aprovado pelos Diretores da Controlada e pelos membros do Comitê de Compliance com auxílio da prestação de serviço de assessoria externa.

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos:**

Em razão da reestruturação recente nos procedimentos de gerenciamento de riscos de compliance da Companhia Minuano, a política abrange os riscos internos da operação, não sendo inseridos os riscos de mercado inerentes a negociação de ações na Bolsa de Valores.

Por outro lado, a empresa busca mitigar todos os riscos que possam de alguma forma afetar o desenvolvimento da operação da empresa, tais como riscos financeiros, de processo, ambientais, legais, de conflito de interesses, de corrupção, de segurança da informação, segurança alimentar e segurança do trabalho, entre outros.

A empresa controlada utiliza instrumentos para a proteção como, a revisão periódica do mapeamento de riscos de compliance, verificação da eficácia das medidas aplicadas aos riscos elencados, elaboração de políticas e procedimentos internos com diretrizes claras a serem observadas por colaboradores e terceiros (Política de Código de Ética,

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Política de Conduta, Política de Due Dilingence), monitoramento contínuo das atividades operacionais e execução de auditorias internas nas áreas da empresa.

Além disso, o emissor e suas controladas praticam uma política de seguros, por meio da qual são contratadas diversas apólices de seguro junto a seguradoras brasileiras, idôneas, líderes em seus mercados de atuação, com cobertura para seu patrimônio contra potenciais riscos existentes. Nesse sentido, o emissor e suas controladas possuem apólices de seguro contratadas, com cobertura para danos envolvendo as plantas industriais e demais estabelecimentos por ela ocupados, frota de veículos, lucros cessantes, entre outros.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos envolve os gestores de cada área, bem como setores chaves da empresa como Diretoria, Compliance, Jurídico, Contabilidade e Financeiro. Dentro do projeto de estruturação do programa de Compliance, os procedimentos para o gerenciamento de riscos estão sendo desenvolvidos e aprimorados, de modo que nem todos estão formalizados em documentos aprovados.

Os procedimentos para pagamentos, contratos, compras, acordos, investigações internas, controle de documentos, entre outros, do emissor e suas controladas têm sua conformidade verificada pelo setor de Compliance da Companhia Minuano.

### **c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Atualmente, a efetividade da política é verificada pela seguinte estrutura:

Conformidade: A Companhia possui setor de Compliance, o qual monitora continuamente o cumprimento de leis, acordos, regulamentos, políticas e procedimentos internos.

Políticas e procedimentos internos: A Companhia possui diretrizes e critérios a serem observados pelos colaboradores e terceiros, afim de cumprir as normas e regras estipuladas pela empresa.

Sustentabilidade econômica: A Companhia reúne todos os seus executivos e profissionais chave para definição do planejamento estratégico do ano seguinte, assim

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

como seu orçamento previsto, os quais estão alinhados ao desempenho e a sustentabilidade da empresa;

Monitoramento Operacional: a Companhia monitora as atividades operacionais continuamente, de forma a assegurar sua eficiência e eficácia. Quando identificadas fragilidades, os gestores recomendam melhorias, as quais são aprovadas junto à Diretoria e/ou ao Conselho de Administração, sendo implementadas pelos gestores responsáveis;

Regulatório/Legal: monitoramento contínuo pelo departamento jurídico e/ou por assessores jurídicos terceirizados do cumprimento de leis e regulamentos aos quais a Companhia está sujeita e de eventuais situações, fatos, notícias que possam afetar as operações ou a imagem da Companhia.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### **CONTROLES ADOTADOS PELO EMISSOR PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS**

**a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia e de suas controladas diretas e indireta. O sistema de controle interno do grupo está direcionado na premissa de garantir, de forma razoável, e em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Com base na sua avaliação da Administração, concluiu-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas diretas e indireta, mantinham controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

**b) As estruturas organizacionais envolvidas**

Os diretores das empresas do grupo possuem apoio permanente dos Departamentos de Controladoria e de Compliance para elaboração e fiscalização dos processos, garantindo a adoção das boas práticas, observação das normas contábeis aplicáveis e de controle interno. A área de Compliance efetua avaliação dos processos relevantes da organização, identificando os pontos de controle e reportando-os ao Conselho Administrativo, quando for o caso.

**c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

## 5.2 Descrição dos controles internos

Os resultados de todos os trabalhos do departamento de Compliance são reportados aos Diretores e Gerentes envolvidos e, quando necessário, ao Conselho Administrativo.

**d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores externos executam periodicamente avaliações do sistema contábil e de controles internos da Companhia, com a finalidade de comprovar a eficácia dos mesmos. Tal processo não detectou deficiências significativas que pudessem comprometer as demonstrações contábeis do emissor e de suas controladas diretas e indireta.

**e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Os comentários dos diretores e medidas corretivas estão informados junto aos pontos indicados no relatório do auditor.

## 5.3 Programa de integridade

### MECANISMOS E PROCEDIMENTOS INTERNOS DE INTEGRIDADE

Os mecanismos e procedimentos internos de integridade são estruturados na Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta do emissor, na qual está centralizada a operação e administração das Companhias do grupo e cujos empregados realizam as de todo o grupo.

Quando existentes políticas aprovadas na controlada, os procedimentos realizados para as demais empresas do grupo devem observar as mesmas regras, ainda que não sejam específicos para as demais empresas.

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Companhia controlada possui políticas e procedimentos que auxiliam a todos que se relacionam com a empresa a seguir as suas diretrizes, como por exemplo a Política de Código de Ética e a Política de Conduta. As revisões das políticas e procedimentos acontecem no mínimo de forma anual ou quando houver necessidade de alterações mesmo antes deste prazo.

As políticas e procedimentos possuem elaboradores responsáveis pela sua criação ou atualização. Estes documentos são inseridos em um sistema de gestão de documentos no qual segue o fluxo de verificação pelo setor de Gestão da Qualidade e Gestor da área e aprovação pelos Diretores da Companhia.

A Controlada possui uma Política de Código de Ética aplicada a todos que mantém relação de qualquer natureza com Companhia e uma Política de Conduta aplicada aos colaboradores da empresa.

A empresa possui uma política de Medidas Disciplinares que será aplicada aos empregados em casos de não cumprimento as normas e regras estipuladas pela Companhia.

As políticas são aprovadas pelos Diretores da Companhia Minuano. A Política de Código de Ética tem como data de aprovação 13/10/2022 e está disponível para

### 5.3 Programa de integridade

acesso no endereço <https://portal.minuano.com.br/> e nos sistemas internos da controlada. A Política de Conduta foi aprovada em 30/12/2022 e está disponível para acesso apenas pelos funcionários em sistemas internos específicos.

**b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

O Canal de Denúncias da Companhia controlada é administrado por empresa terceira e é aberto para o recebimento de denúncias de terceiros e de colaboradores. O acesso ao canal pode ser realizado via web, 0800 ou aplicativo Minuzito, disponibilizado aos funcionários.

As denúncias podem ser realizadas de forma anônima ou identificada. A Controlada mantém normas internas de proteção ao denunciante, tendo como garantias a vedação a qualquer tipo de retaliação e o caráter sigiloso das investigações.

As denúncias são apuradas pelo setor de Compliance.

**c. casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública**

Não houveram casos confirmados nos últimos 3 exercícios sociais.

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não se aplica, pois o emissor possui medidas de prevenção, detecção e remediação de atividades irregulares contra a administração pública.

## 5.4 Alterações significativas

### **ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS A QUE O EMISSOR ESTÁ EXPOSTO OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS ADOTADA**

Não ocorreram alterações significativas nos principais riscos e no gerenciamento de riscos.

## **5.5 Outras informações relevantes**

### **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>ANA CRISTINA RIBEIRO MORALES</b>					
087.327.908-56	Brasil	Não	Não	19/03/2024	
Não					
55.000	0,775	0	0,000	55.000	0,775
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>CHAO EN MING</b>					
019.210.358-03	Brasil	Não	Sim	23/10/2019	
Não					
17.500	0,246	0	0,000	17.500	0,246
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>FRANCISCO ASCLÉPIO BARROSO AGUIAR</b>					
170.810.253-15	Brasil	Não	Não	19/03/2024	
Não					
535.219	7,538	0	0,000	535.219	7,538
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>HELENICE HONORIO MORALES</b>						
166.263.738-11	Brasil	Não	Não	19/03/2024		
Não						
160.000	2,253	0	0,000	160.000	2,253	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>J.O.M. PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.</b>						
68.919.034/0001-18	Brasil	Não	Não	19/03/2024		
Não	JOSÉ OSWALDO MORALES JÚNIOR		Física		066.016.438-82	
190.000	2,676	0	0,000	190.000	2,676	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>JOSÉ OSWALDO MORALES JÚNIOR</b>						
066.016.438-82	Brasil	Não	Não	19/03/2024		
Não						
391.000	5,507	0	0,000	391.000	5,507	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO</b>					
076.434.648-20	Brasil	Não	Sim	06/10/2016	
Não					
295.500	4,162	0	0,000	295.500	4,162
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>MARIA ANTONIA RIBEIRO MORALES</b>					
352.809.948-80	Brasil	Não	Não	19/03/2024	
Não					
18.000	0,254	0	0,000	18.000	0,254
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>MARIA BEATRIZ RIBEIRO MORALES</b>					
407.079.238-40	Brasil	Não	Não	19/03/2024	
Não					
17.000	0,239	0	0,000	17.000	0,239
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>MARIA CLARA RIBEIRO MORALES</b>					
352.809.958-51	Brasil	Não	Não	19/03/2024	
Não					
18.000	0,254	0	0,000	18.000	0,254
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>SERRA DO RONCADOR PARTICIPAÇÕES LTDA.</b>					
11.277.211/0001-92	Brasil	Não	Sim	05/10/2016	
Não					
1.719.479	24,218	0	0,000	1.719.479	24,218
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>WELLINGTON ARAUJO DE OLIVEIRA</b>					
020.428.517-87	Brasil	Não	Não	19/03/2024	
Não					
448.452	6,316	0	0,000	448.452	6,316
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>ZZL PARTICIPAÇÕES S.A.</b>						
11.743.875/0001-08	Brasil	Não	Sim	23/10/2019		
Não						
1.680.538	23,669	0	0,000	1.680.538	23,669	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
1.554.412	21,893	0	0,000	1.554.412	21,893	
<b>TOTAL</b>						
7.100.100	100,000	0	0,000	7.100.100	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SERRA DO RONCADOR PARTICIPAÇÕES LTDA.				11.277.211/0001-92		
<b>CHAO EN MING</b>						
019.210.358-03	Brasil	Não	Sim	17/10/2016		
Não						
30.789	99,000	0	0,000	30.789	99,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO</b>						
076.434.648-20	Brasil	Não	Não	17/10/2016		
Não						
311	1,000	0	0,000	311	1,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						

### 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SERRA DO RONCADOR PARTICIPAÇÕES LTDA.				11.277.211/0001-92		
31.100	100,000	0	0,000	31.100	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ZZL PARTICIPAÇÕES S.A.				11.743.875/0001-08		
CYNTHIA CHRISTINA DA SILVA VELLO						
104.434.508-03	Brasil	Não	Não	08/11/2018		
Não						
1	0,100	0	0,000	1	0,100	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SERRA DO RONCADOR PARTICIPAÇÕES LTDA.						
11.277.211/0001-92	Brasil	Não	Sim	08/11/2018		
Não						
999	99,900	0	0,000	999	99,900	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

**6.1/2 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ZZL PARTICIPAÇÕES S.A.				11.743.875/0001-08		
1.000	100,000	0	0,000	1.000	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SERRA DO RONCADOR PARTICIPAÇÕES LTDA.				11.277.211/0001-92		
<b>CHAO EN MING</b>						
019.210.358-03	Brasil	Não	Sim	17/10/2016		
Não						
30.789	99,000	0	0,000	30.789	99,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO</b>						
076.434.648-20	Brasil	Não	Não	17/10/2016		
Não						
311	1,000	0	0,000	311	1,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						

### 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SERRA DO RONCADOR PARTICIPAÇÕES LTDA.				11.277.211/0001-92		
31.100	100,000	0	0,000	31.100	100,000	

### 6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	2.175
Quantidade acionistas pessoa jurídica	36
Quantidade investidores institucionais	8

#### Ações em Circulação

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

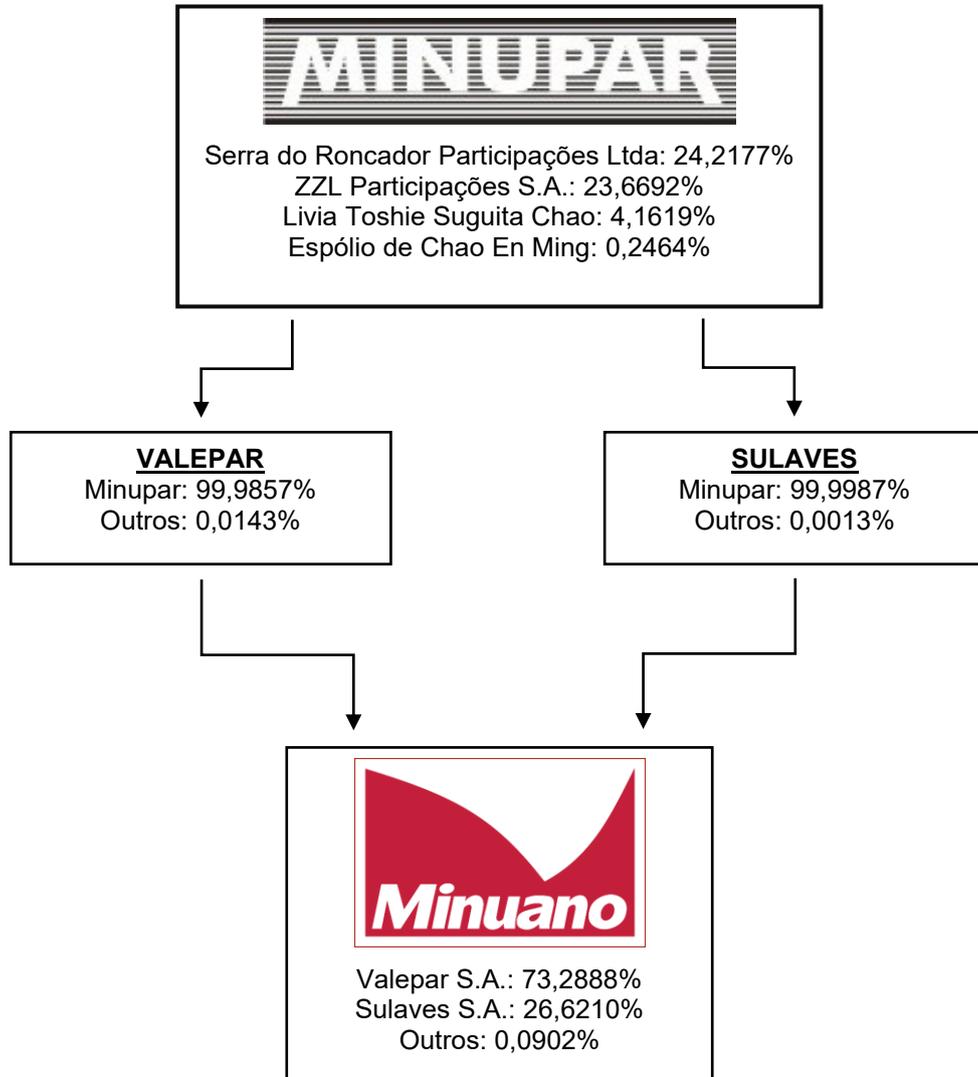
Quantidade ordinárias	2.848.044	40,113%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	2.848.044	40,113%

## 6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS	84.430.800/0001-32	99,91
SULAVES S/A.	93.463.289/0001-66	99,99
VALEPAR S/A.	93.463.305/0001-10	99,98

### 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

#### ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO DO GRUPO MINUPAR



## 6.6 Outras informações relevantes

### OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Com o falecimento do Sr. Chao En Ming em 30/01/2021, atualmente, as ações por ele detidas, diretamente ou indiretamente, estão envolvidas em processo de inventário litigioso.

Ainda, conforme destacado na nota explicativa nº 8 – Outras despesas operacionais, a Companhia Minuano passou a ser, temporariamente, titular de ações da Minupar transacionadas no acordo judicial firmado nos autos dos processos nº 500067-21.2009.8.21.0017, 5000281-09.2010.8.21.0017 e 5000397-44.2012.8.21.0017, todos em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Lajeado – RS, tendo como partes Döhler S.A (“Döhler”) e Companhia Minuano de Alimentos (“Companhia Minuano”).

No citado acordo, as partes concordaram com a concessão à Companhia Minuano do prazo para pagamento parcelado até dezembro de 2023, a Döhler cedeu à Companhia Minuano 111.359 (cento e onze mil, trezentos e cinquenta e nove) ações da Minupar Participações S.A (“Minupar”), em devolução àquelas que lhe haviam sido entregues por meio de acordo judicial anterior, cuja validade vinha sendo discutida. A Minupar está adotando as medidas para a regularização.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### **PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR**

O Emissor é administrado por um Conselho de Administração e uma Diretoria, de acordo com seu Estatuto Social, elaborado conforme a Lei 6.404/76.

A gestão do Emissor está estruturada de forma que o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária atuem com forte visão estratégica e colegiada, apoiados por diretorias executivas que são responsáveis pela gestão das diversas áreas das controladas diretas e indiretas, responsáveis pelo cumprimento das diretrizes definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Além dos órgãos que a administram, o Estatuto Social prevê a eleição de um conselho fiscal não permanente, por solicitação dos acionistas, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei.

#### **Conselho de Administração:**

O Conselho de Administração é o órgão da administração responsável pela formulação e monitoramento da implementação das orientações e políticas gerais para a consecução de negócios, incluindo a estratégia de longo prazo.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros. Os membros do conselho de administração são eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 1 (um) ano, sendo autorizada a reeleição.

Na Assembleia Ordinária de 2023 foi aprovada a composição com 5 (cinco) membros eleitos. Para verificar o nome, título e data de eleição dos atuais membros do conselho de administração, veja o item 7.3 deste Formulário de Referência.

Conforme a legislação societária brasileira, os membros do Conselho de Administração não podem votar sobre qualquer assunto ou intervir em qualquer operação em que haja conflito de interesses entre a Companhia e o respectivo membro do conselho de administração.

Além das atribuições que lhe confere a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), as seguintes matérias deverão

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

ser aprovadas pelo Conselho de Administração:

- (a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) Aprovar planos de desenvolvimento, bem como os investimentos necessários à sua execução;
- (c) Aprovar orçamentos anuais e plurianuais de operações e/ou de investimentos;
- (d) Acompanhar em caráter permanente o desenvolvimento e desempenho da sociedade;
- (e) Estabelecer a estrutura administrativa da sociedade e aprovar o seu Regimento Interno;
- (f) Eleger e destituir Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições respectivas;
- (g) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- (h) Fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos administradores quando votada em verba global, bem como a participação de empregados;
- (i) Estabelecer planos previdenciários e benefícios para os empregados e administradores da companhia;
- (j) Convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- (k) Manifestar-se sobre o relatório da administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;
- (l) Deliberar “ad referendum” da Assembleia Geral, sobre os pagamentos de dividendos, inclusive intermediários;
- (m) Manifestar-se sobre o encaminhamento a Assembleia Geral de qualquer proposta de iniciativa da Diretoria, inclusive de aumento de capital, destinação de lucros e alterações estatutárias, sempre que julgar conveniente;

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- (n) Autorizar a criação e extinção de quaisquer estabelecimentos da Companhia, destacado o capital necessário;
- (o) Escolher e destituir os Auditores Independentes;
- p) Autorizar a aquisição de ações de emissão da companhia para efeito de cancelamento ou de permanência em tesouraria e posteriormente aliená-las;
- (q) Manifestar-se sobre quaisquer atos ou contratos que a diretoria submeter a sua aprovação;
- (r) Autorizar o aumento de capital previsto no Artigo 6º;
- (s) Avocar para sua decisão qualquer assunto que julgar importante a orientação dos negócios da companhia, respeitada a competência da Assembleia Geral;
- (t) Autorizar a constituição, fusão, incorporação, cisão e extinção de sociedade coligada ou controlada;
- (u) Autorizar a celebração de acordos, atos ou contratos entre a companhia e seus acionistas e pessoas ligadas;
- (v) Autorizar a companhia a participar em outras sociedades, bem como alienar ou prometer alienar participações societárias;
- (w) Autorizar operações envolvendo alienação, oneração, licenças ou uso de marcas, patentes e tecnologia;
- (x) Autorizar a alienação de bens de ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, bem como atos e contratos, sempre que o valor, em quaisquer dos atos enumerados nesta alínea, exceda os limites eventualmente fixados pelo próprio Conselho na reunião que anualmente eleger a Diretoria;
- (y) Deliberar sobre os casos omissos bem como sobre quaisquer outras matérias previstas neste Estatuto.

Ainda, compete ao Conselho de Administração a aprovação das matérias que lhes são atribuídas pelo Regimento Interno, quando aprovado, assim como as aprovações previstas nas políticas internas da Companhia.

As decisões do Conselho de Administração da Companhia serão tomadas pelo voto

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

favorável de conselheiros que representem mais da metade dos presentes na respectiva reunião.

Desde 2021, o Conselho de Administração manteve a indicação de um Coordenador de Trabalhos ligado à Secretaria do órgão.

### **Diretoria:**

A diretoria da Companhia é um órgão administrativo com plenos poderes para administrar e gerir os negócios da daquela, incluindo a implementação das diretrizes e políticas, de acordo com os termos previstos em lei e no Estatuto Social da Companhia, assim como conforme especificado pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral.

De acordo com as disposições do artigo 23 do Estatuto Social, a Diretoria será composta de 2 (dois) Diretores, no mínimo, e de 9 (nove) no máximo, sendo um Diretor Presidente e os demais com a designação de Diretor, todos residentes no país da sede, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, a Companhia possui 02 (dois) Diretores. Para verificar o nome, título e data de eleição dos atuais membros da Diretoria, veja o item 7.3 deste Formulário de Referência.

Compete aos Diretores, na forma prevista no Estatuto Social, a representação da Companhia, ativa ou passivamente, em Juízo ou fora dele, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração e de disposição, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, inclusive celebrar atos e contratos de qualquer natureza ou finalidade, mesmo para aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente, constituir ônus reais e prestar garantias e obrigações a terceiros, observados os preceitos e limites do Artigo 22 do Estatuto Social, assim como no Regimento Interno, quando aprovado, e políticas da Companhia.

Com as exceções previstas no Estatuto Social e/ou no Regimento Interno e/ou nas políticas da Companhia, qualquer ato ou contrato que implique em responsabilidade ou obrigação por parte da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

ela, serão obrigatoriamente assinados por 02 (dois) Diretores ou por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador.

A Companhia poderá ser representada por 01 (um) Diretor:

- (a) Perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;
- (b) Quando se tratar de receber ou dar quitações de importâncias ou valores devidos à companhia;
- (c) Firmar correspondência e atos de simples rotina;
- (d) Endossar títulos para efeitos de cobrança ou depósito em nome da companhia;
- (e) Para prestar depoimento em juízo, por intermédio do Diretor Presidente ou outro Diretor designado pelo Conselho de Administração para tal fim, sempre que a Companhia for regularmente citada, sem poder confessar.

O Estatuto Social não impede a representação da Companhia por um ou mais procuradores, desde que as procurações sejam sempre outorgadas em nome da companhia por 02 (dois) Diretores, especificando os poderes conferidos e os limites de competência, devendo ter prazo determinado de validade, exceto para fins judiciais.

Ao Diretor de Relações com Investidores compete a representação da Companhia perante os órgãos reguladores de Companhias de capital aberto, bem como perante as demais instituições do mercado de capitais, fazendo cumprir a legislação aplicável.

A Diretoria não possui comitês instalados.

### **Conselho Fiscal:**

O Conselho Fiscal da Companhia poderá ser composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, o qual funcionará em caráter não permanente.

O Conselho Fiscal somente será instalado mediante requisição de acionista(s) da Companhia, observado a legislação e a regulamentação aplicáveis.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Uma vez instalado, o Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor e Regimento Interno, quando aprovado.

Desde a Assembleia Geral Ordinária de 2021, a Companhia possui Conselho Fiscal instalado por solicitação de acionistas minoritários, renovada anualmente, sendo eleitos 03 (três) membros.

Até o momento, não foram criados comitês.

### **a) Políticas de indicação e preenchimento de cargos**

O emissor não possui políticas de indicação e preenchimento de cargos.

### **b) Mecanismos de avaliação de desempenho**

Não há mecanismos de avaliação de desempenho formalizados.

### **c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

Às hipóteses de conflitos de interesses aplicar-se-ão as regras constantes na legislação brasileira.

A lei proíbe o administrador de intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

## 7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	1	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	3	2	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	1	2	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	2	1	0	0	0
<b>TOTAL = 13</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	3	0	0	0	0	1
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	0	2	0	0	0	0	1
Conselho Fiscal - Suplentes	0	2	0	0	0	0	1
<b>TOTAL = 13</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **a) órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração**

O Conselho de Administração possui uma Secretaria e não possui comitês instalados.

#### **b) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo Conselho de Administração e serviços de extra-auditoria com o auditor independente**

O conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente nas Reuniões do órgão. A Companhia não tem como praxe a contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente.

#### **c) canais instituídos para questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG**

O Emissor ainda não adotou canais para questões relacionadas a temas e práticas ASG cheguem até o Conselho de Administração, ainda assim, a Companhia controlada possui Canal de Denúncias administrado por empresa terceira e aberto para o recebimento de denúncias de terceiros e de colaboradores, de forma anônima ou identificada. O funcionamento do canal está detalhado no item 5.3.

### 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

#### Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

**Nome** AMANDA LOPES GIMENEZ MASSEU **CPF:** 386.671.278-25 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Psicóloga e Neurocoaching **Data de Nascimento:** 07/01/1992

**Experiência Profissional:** Escolaridade:• Bacharel Psicologia Universidade de Guarulhos ( UNG)• Bacharel Ciências Contábeis em curso pela Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU) - Previsão de término dezembro/2023.Experiência Profissional: Desde 2018 atua como Neurocoaching e Mediadora empresarial.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse do substituto.	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador			Sim	

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** ANDRÉ RAFAEL DE OLIVEIRA      **CPF:** 141.183.338-48      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Contador      **Data de Nascimento:** 04/11/1975

**Experiência Profissional:** Carreira com 25 anos de experiência em contabilidade e auditoria, sendo 10 como sócio de auditoria atendendo uma grande variedade de clientes de diversas indústrias, incluindo Varejo, Alimentos e Bebidas, Têxtil, Química e Farmacêutica e Autopeças, tendo liderado trabalhos multilocais na América do Sul, Estados Unidos e Europa. Possui sólidos conhecimentos de relatórios financeiros, IFRS, bem como normas SOx e PCAOB. Atuação em diversos IPOs. Sócio Fundador da Coimbra Partners Consultoria Empresarial - Empresa de consultoria contábil e de governança corporativa de pequeno porte criada em 2019. Considerado Conselheiro Independente nos termos do Anexo K (§ 3º do art. 6º) da Resolução CVM nº 80.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse do substituto.	Conselho de Administração (Efetivo)		08/05/2023	Não	28/04/2022

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** CELSO CÂNDIDO FILHO      **CPF:** 003.579.218-36      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Advogado      **Data de Nascimento:** 22/10/1958

**Experiência Profissional:** Trabalhou na Bolsa por 25 anos como operador de pregão. Advogado autônomo desde 2002, inscrito na OAB/SP sob o nº 197.336.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		08/05/2023	Não	18/06/2021

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

**Nome** CHAO EN HUNG      **CPF:** 050.245.498-99      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profissão:** Empresária      **Data de Nascimento:** 09/03/1965

**Experiência Profissional:** Graduação em Medicina na Universidade de São Paulo (USP). Agropecuarista há 36 anos. Trabalhou no mercado financeiro por 18 anos. Atua como Diretora Presidente contratada na Companhia Minuano de Alimentos desde 2021. Em 03/06/2024 foi eleita como Diretora nas Companhias controladas Sulaves S/A e Valepar S/A.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	Presidente do Conselho de Administração	Diretora Presidente contratada na Companhia Minuano de Alimentos.	08/05/2023	Não	18/06/2021

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** FRANCISCO ASCLÉPIO BARROSO AGUIAR      **CPF:** 170.810.253-15      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Empresário      **Data de Nascimento:** 19/02/1961

**Experiência Profissional:** Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico-Nuclear, Matemático e Pós-Graduado em Engenharia Nuclear, Engenharia Metalúrgica, Subárea Ciência de Materiais, pós-graduado em Tecnologia da Informação (TI) e Análise de Sistemas. Principais experiências: Membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: La Fonte Fechaduras S.A.; La Fonte Investimentos S.A.; La Fonte Telecomunicações S.A.; Jereissati Telecom S.A.; Jereissati Participações; Iguatemi S/A - de 1996 até 2022. Cias Abertas com Registro na CVM. Presidente do Conselho de Administração (Chairman of the Board) da Recrusul S/A em 2009. Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM. Diretor de Relações com Investidores (DRI) da Recrusul S/A em 2009. Cia Aberta com Registro negociada na BOVESPA com Registro na CVM. Presidente do Conselho Fiscal da Telemar - TeleBahia de 1996 a 1999. Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM. Membro do Conselho Fiscal da Telemar - TeleCeará de 1996 a 1999. Cia Aberta com Registro na CVM. Membro Suplente do Conselho Fiscal da Energisa – Mato Grosso - Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM. Membro do Conselho de Administração (Board) da Cia Minuano de Alimentos (MINUPAR) de 2001 até 2009. Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM. Membro do Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S/A de 1997 até 2004. Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM. Membro do Conselho Fiscal da Fertiza - Companhia Nacional de Fertilizantes - Cia Aberta negociada na BOVESPA com Registro na CVM. Coordenador de Projetos de Grande Porte - 2003 - 2022.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse do substituto.	Conselho de Administração (Efetivo)		05/08/2023	Não	28/04/2022

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** HENRIQUE BARCELOS ERCOLI      **CPF:** 326.166.028-73      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Advogado      **Data de Nascimento:** 11/08/1983

**Experiência Profissional:** Advogado com atuação de 16 anos em Direito Tributário e Direito Empresarial, formado em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID em dezembro de 2006, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo sob o nº 256.951 desde 20/04/2007. Especialista em Direito Tributário pela PUC/SP em 2009. Sócio proprietário do escritório de advocacia ERCOLI SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrito no CNPJ nº. 25.377.793/0001-93 Sócio proprietário da empresa de Consultoria ENGIER CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EMPRESARIAL – EIRELI, inscrita no CNPJ nº. 08.464.038/0001-27 Sócio proprietário da empresa SAFH - GESTAO E PARTICIPACOES LTDA, inscrita no CNPJ nº. 31.283.119/0001-42.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse do substituto.	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		08/05/2023	Não	28/04/2022

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO      **CPF:** 076.434.648-20      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Empresária      **Data de Nascimento:** 13/01/1962

**Experiência Profissional:** Conselheira de Administração da Minupar Participações no período de junho de 2021 a abril de 2022. Sócia de diversas empresas, atuando principalmente no setor de logística e financeiro.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse do substituto.	Conselho de Administração (Efetivo)		08/05/2023	Não	15/12/2022

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** MARGARETH SCHACHT HERRMANN      **CPF:** 002.407.460-82      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Química Industrial de Alimentos      **Data de Nascimento:** 09/08/1983

**Experiência Profissional:** Graduada em Química Industrial de Alimentos pela UNIJUI / UERGS em 2006; Pós graduanda MBA em Administração em Agronegócios e Biotecnologia - UNINTER. Atua há 17 anos no ramo de frigoríficos, nas Áreas de Qualidade, Excelência Industrial e Administração. Já atuou em empresas como Senfter, BRF, Marfrig e JBS. Atualmente é Diretora das Companhias controladas Sulaves S/A, Valepar S/A e Companhia Minuano de Alimentos eleita em 28/04/2023 e reeleita em 26/04/2024, com mandato de 01 ano. Na Companhia Minuano atua desde abril de 2016.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	Vice Presidente Cons. de Administração	Diretora das Companhias controladas Sulaves S/A, Valepar S/A e Companhia Minuano de Alimentos eleita em 28/04/2023, com mandato de 01 ano.	08/05/2023	Não	18/06/2021
Diretoria	23/05/2024	1 ano	Diretor Presidente / Superintendente		24/05/2024	Não	24/05/2024

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** MARIA APARECIDA GOMES SIQUEIRA **CPF:** 362.605.921-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administradora **Data de Nascimento:** 20/09/1968

**Experiência Profissional:** Formada na Faculdade Superior FMV em 2004 – São Paulo. Pós Graduação Administração Hospitalar – Faculdade São Camilo – São Paulo -2007; Trabalhou na Empresa Solidez por 13 anos e atualmente é empresária.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse do substituto.	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador			Não	18/06/2021

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** MARIA ELVIRA LOPES GIMENEZ **CPF:** 136.012.018-10 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 18/05/1970

**Experiência Profissional:** Bacharel em Ciências Econômicas, especializada em Governança Corporativa, com foco na atuação em Conselhos de Companhias Abertas. Desde 2015 atua como Conselheira Fiscal de Sociedades Anônimas de Capital Aberto e Fechado em Companhias de renome no mercado sendo reinvestida no cargo por vários exercícios consecutivos: São Martinho S.A. (Titular desde julho/2022); Companhia de Saneamento do Básico do Estado de São Paulo - SABESP. (Titular desde abril/21 e Suplente de abril/2016 a abril/2017); WLM Participações e Comercio de Máquinas e Veículos S.A. (Titular desde abril/20, além de Suplente de abril/2017 a abril/2020 e abril/2015 a abril/2016); Minupar Participações S.A. (Titular desde junho/2021); Whirlpool S.A. (Suplente desde abril/21 e abril/18 a julho/20); Bicicletas Monark S.A. (Suplente desde abril/2017); Pettenati Indústria Têxtil S.A (Suplente desde outubro/2016); Companhia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa (Suplente desde abril/2018); Tronox Pigmentos do Brasil S.A. (Suplente desde abril/2018 e abril/2015 a abril/2017); Rossi Residencial S.A. (Suplente desde abril/2020); Banco Pine S.A. (Suplente desde julho/2022).No período de 2013 a 2019 trabalhou na Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda/ Jorge Lepeltier Consultores Associados, na coordenação financeira, administrativa e governança corporativa.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse dos substitutos.	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		08/05/2023	Não	18/06/2021

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** MURICI DOS SANTOS      **CPF:** 248.933.788-21      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Advogado      **Data de Nascimento:** 03/08/1975

**Experiência Profissional:** História- Licenciatura Plena – Universidade Guarulhos / 2000 a 2002; Bacharel em Direito – Universidade Guarulhos / 2003 a 2007; Pós-Graduação em Direito Corporativo e Compliance – EPD– cursando, conclusão no 1º semestre/2022. Especialização em Direito Societário pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (2013/2014).Experiência Profissional: 06/2001 / Atual - Consultoria em Governança Corporativa, prestando serviços de consultoria e assessoria empresarial nas áreas societária e de governança corporativa, especialmente na atuação em Conselhos Fiscais como membro titular e suplente, de Companhias de renome no mercado, conforme relação de empresas ao final deste currículo. Experiência em Órgãos Colegiados: Drogasil S/A (Suplente -2006/2008); Polialden Petroquímica S.A ( Suplente- 2006/2007); Mamp;G Poliéster S.A ( Suplente - 2006/2011); Tafibrás Participações S.A (Titular - 2007/2008); Bicicletas Monark S.A (Suplente - 2008/2011); Banco Nossa Caixa S.A (Titular -2008/2009); Medial Saúde S.A (Titular - 2008/2009) ; Santos Brasil S.A (Suplente - 2008/2009) ; Telemig Celular S.A ( Suplente – 2008/2009); AES Tietê S.A (Suplente -2009/2010); Companhia Paranaense de Energia – Copel (Titular - 2010/2011); Pettenati S.A Indústria Têxtil (Suplente - 2011/2012); Anhembí Morumbi (Titular - 2012/2013); Cristal Pigmentos do Brasil S.A (Suplente - 2013/2014); HRT Participações em Petróleo S.A (Suplente - 2013/2014); Guararapes Confeccções S.A (Suplente - 2014/2021); Triunfo Participações e Investimentos S.A. (Suplente - 2014/2018), Têxtil Renauxview S.A. (Titular - 2014/2015); Rio Paranapanema S.A. (Suplente - 2014/2021), Rossi Residencial S.A (Suplente -2015/2018), Tarpon Investimentos S.A (Suplente - 2016/2018); Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. (Suplente – 2017/2021); Vulcabras Azaleia S.A. (Suplente 2018/2021); Valid Soluções S.A (Titular - 2015/2019 – Suplente: 2019/2021); Metalgrafica Iguazu S.A(Suplente - 2021/2022); Eucatex S.A Industria e Comércio (Titular - 2017/2018 e 2020/ 2021); Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (Titular - 2017/2022); Minupar Participações S.A (Suplente - 2022/2022) International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração Franqueadora S.A (Titular – 2021/2022 – Presidente do Órgão). Pettenati S.A Indústria Têxtil (2019/2021); Companhia, Guararapes Confeccções S.A (Titular- 2021/2021 – Presidente do Órgão) Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A. (2019/2021); e Rossi Residencial S.A (Titular - 2018/2021 – Presidente do Órgão).

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	28/04/2023	01 (um) ano ou até a posse do substituto.	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas			Não	18/06/2021

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** TIAGO FONSECA SIQUEIRA **CPF:** 008.847.390-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 30/04/1985

**Experiência Profissional:** Contador, formado pela PUC-RS (2006), com especialização em Controladoria e Planejamento Tributário pela Faculdade São Francisco de Assis (2009) além de MBA em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (2016). Profissional com 17 anos de experiência na área financeira, Tiago Siqueira ocupou nos últimos anos a função de CFO no Grupo Sullab (2022 a 2020) e na Salux Technology (2020), como Controller na Irgovel (2019 a 2012) além de auditor na KPMG (2011 a 2005). Atualmente é Diretor das Companhias controladas Sulaves S/A, Valepar S/A e Companhia Minuano de Alimentos eleito em 28/04/2023 e reeleito em 26/04/2024, com mandato de 01 ano.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	23/05/2024	1 ano	Diretor de Relações com Investidores		24/05/2024	Não	10/11/2023

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

## 7.4 Composição dos comitês

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não mantém comitês estruturados.

## 7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
CHAO EN HUNG	050.245.498-99	MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.	90.076.886/0001-40	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO	076.434.648-20	MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.	90.076.886/0001-40	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Conselheira de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				
<b><u>Administrador do emissor ou controlada</u></b>				
LIVIA TOSHIE SUGUITA CHAO	076.434.648-20	MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.	90.076.886/0001-40	
Conselheira de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>				
CHAO EN HUNG	050.245.498-99	MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.	90.076.886/0001-40	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<b><u>Observação</u></b>				
-----				

**7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

**Exercício Social 31/12/2021**Administrador do Emissor

MARGARETH SCHACHT HERRMANN  
Conselheira de Administração

002.407.460-82  
N/A

Subordinação  
Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS  
Diretora industrial contratada

84.430.800/0001-32  
N/A

Brasileiro(a) - Brasil

ObservaçãoAdministrador do Emissor

CHAO EN HUNG  
Presidente do Conselho de Administração

050.245.498-99  
N/A

Subordinação  
Brasileiro(a) - Brasil

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS  
Diretora Presidente contratada

84.430.800/0001-32  
N/A

Brasileiro(a) - Brasil

ObservaçãoAdministrador do Emissor

CHAO EN HUNG  
Presidente do Conselho de Administração

050.245.498-99  
N/A

Controle  
Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

ZZL PARTICIPAÇÕES S.A.  
Administração da controladora

11.743.875/0001-08  
N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

**7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

**Exercício Social 31/12/2022**Administrador do Emissor

CHAO EN HUNG	050.245.498-99	Subordinação	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS	84.430.800/0001-32		
Diretora Presidente contratada	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

ObservaçãoAdministrador do Emissor

CHAO EN HUNG	050.245.498-99	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

ZZL PARTICIPAÇÕES S.A.	11.743.875/0001-08		
Administradora da controladora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

ObservaçãoAdministrador do Emissor

MARGARETH SCHACHT HERRMANN	002.407.460-82	Subordinação	Controlada Indireta
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS	84.430.800/0001-32		
Diretora industrial contratada	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

## **7.7 Acordos/seguros de administradores**

### **ACORDOS E SEGUROS DE ADMINISTRADORES**

Até o momento não há disposições de quaisquer acordos ou apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício das funções da Companhia.

## **7.8 Outras informações relevantes**

### **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

Todas as informações julgadas relevantes pelo emissor foram prestadas nos itens anteriores.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

### **POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL**

#### **a. objetivos da política ou prática de remuneração**

A Companhia não formalizou Política de Remuneração dos Administradores formalizada, sendo que as práticas utilizadas se alinham aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas.

#### **b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria**

A definição da remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria ocorre em reunião do Conselho de Administração e leva em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções, assim como, as condições financeiras da Companhia.

#### **c. composição da remuneração**

A remuneração anual é composta de honorários mensais fixos e 13º salário no mês de dezembro, podendo ainda, eventualmente, ser deliberado pelo Conselho de Administração o pagamento de um valor extra a título de bonificação, considerando o resultado alcançado pela Companhia no exercício social, sendo sempre observado o limite aprovado em Assembleia Geral.

A Companhia não tem por prática efetuar pagamento de outro tipo de remuneração variável, bem como não tem membros não remunerados.

#### **d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:**

A remuneração dos administradores é suportada pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

**e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:**

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

## 8.2 Remuneração total por órgão

## Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	2	3	10,00
Nº de membros remunerados	5	2	3	10,00
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	325.000,00	130.000,00	159.000,00	614.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	100.000,00	40.000,00	0,00	140.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>425.000,00</b>	<b>170.000,00</b>	<b>159.000,00</b>	<b>754.000,00</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	2	3	10,00
Nº de membros remunerados	5	2	3	10,00
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	134.967,00	52.000,00	78.067,00	265.034,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	16.333,00	8.000,00	0,00	24.333,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>151.300,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>78.067,00</b>	<b>289.367,00</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2	3	11,00
Nº de membros remunerados	6	2	3	11,00
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	121.474,00	60.867,00	44.600,00	226.941,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	24.000,00	8.000,00	0,00	32.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>145.474,00</b>	<b>68.867,00</b>	<b>44.600,00</b>	<b>258.941,00</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	2		5,00
Nº de membros remunerados	3	2		5,00
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	190.152,00	52.000,00		242.152,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>190.152,00</b>	<b>52.000,00</b>		<b>242.152,00</b>

**8.3 Remuneração Variável****Exercício Social: 31/12/2022**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5	2		7,00
N° de membros remunerados	5	2		7,00
Esclarecimento				
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	16.333,00	8.000,00		24.333,00
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

**Exercício Social: 31/12/2021**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6	2		8,00
N° de membros remunerados	6	2		8,00
Esclarecimento				
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	24.000,00	8.000,00		32.000,00
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

## **8.4 Plano de remuneração baseado em ações**

### **PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES**

A Companhia não adota prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

## **8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não adota prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

## **8.6 Outorga de opções de compra de ações**

### **OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES**

Não houve outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e não estão previstas outorgas para o exercício social corrente.

## **8.7 Opções em aberto**

### **OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA**

Não há opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria.

## 8.8 Opções exercidas e ações entregues

### **OPÇÕES EXERCIDAS RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES**

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em opções e ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

## **8.9 Diluição potencial por outorga de ações**

### **REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, SOB A FORMA DE AÇÕES A SEREM ENTREGUES DIRETAMENTE AOS BENEFICIÁRIOS**

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

## **8.10 Outorga de ações**

### **OUTORGA DE AÇÕES**

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em outorga de ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

## 8.11 Ações entregues

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

## **8.12 Precificação das ações/opções**

### **DESCRIÇÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 8.5 A 8.11**

Não foram divulgados dados nos itens 8.5 e 8.11, do mesmo modo, a Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em opções e ações nos 3 últimos exercícios sociais.

### **8.13 Participações detidas por órgão**

#### **INFORMAR A QUANTIDADE DE AÇÕES QUE SEJAM DETIDAS POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL**

No final do último exercício social encerrado, os membros do Conselho de Administração detinham, direta ou indiretamente, 2.388.437 ações ordinárias emitidas pelo emissor, os membros da Diretoria detinham 10 ações ordinárias e os membros do Conselho Fiscal não detinham ações.

## **8.14 Planos de previdência**

### **PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR**

A Companhia não confere planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários.

**8.15 Remuneração mínima, média e máxima****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	2	2	2	5	6	3	3	3
Nº de membros remunerados	2	2	2	5	6	3	3	3
Valor da maior remuneraçãoReal	30.000,00	30.000,00	26.000,00	30.000,00	30.000,00	63.208,00	26.000,00	14.867,00
Valor da menor remuneraçãoReal	30.000,00	30.000,00	26.000,00	30.000,00	30.000,00	56.000,00	26.000,00	14.867,00
Valor médio da remuneraçãoReal	30.000,00	34.433,00	26.000,00	30.260,00	25.246,00	63.384,00	26.022,00	14.867,00

**Observações e esclarecimentos**

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
<b>31/12/2022</b>	Conforme orientação do ofício circular anual da CVM/SEP, o valor médio da remuneração foi calculado considerando o número de membros eleitos em Assembleia Ordinária. Para definir o valor da maior e da menor remuneração, levou-se em consideração apenas os membros que atuaram por 12 meses.	
<b>31/12/2021</b>		Conforme orientação do ofício circular anual da CVM/SEP, o valor médio da remuneração foi calculado considerando o número de membros eleitos em Assembleia Ordinária. Para definir o valor da maior e da menor remuneração, levou-se em consideração apenas os membros que atuaram por 12 meses.
<b>31/12/2020</b>	Conforme orientação do ofício circular anual da CVM/SEP, o valor médio da remuneração foi calculado considerando o número de membros eleitos em Assembleia Ordinária. Para definir o valor da maior e da menor remuneração, levou-se em consideração apenas os membros que atuaram por 12 meses.	

	<b>Conselho de Administração</b>	
	<b>Observação</b>	<b>Esclarecimento</b>
<b>31/12/2022</b>		Conforme orientação do ofício circular anual da CVM/SEP, o valor médio da remuneração foi calculado considerando o número de membros eleitos em Assembleia Ordinária. Para definir o valor da maior e da menor remuneração, levou-se em consideração apenas os membros que atuaram por 12 meses.
<b>31/12/2021</b>	Conforme orientação do ofício circular anual da CVM/SEP, o valor médio da remuneração foi calculado considerando o número de membros eleitos em Assembleia Ordinária. Para definir o valor da maior e da menor remuneração, levou-se em consideração apenas os membros que atuaram por 12 meses.	
<b>31/12/2020</b>		Conforme orientação do ofício circular anual da CVM/SEP, o valor médio da remuneração foi calculado considerando o número de membros eleitos em Assembleia Ordinária. Para definir o valor da maior e da menor remuneração, levou-se em consideração apenas os membros que atuaram por 12 meses.

	<b>Conselho Fiscal</b>	
	<b>Observação</b>	<b>Esclarecimento</b>
<b>31/12/2022</b>		Conforme orientação do ofício circular anual da CVM/SEP, o valor médio da remuneração foi calculado considerando o número de membros eleitos em Assembleia Ordinária. Para definir o valor da maior e da menor remuneração, levou-se em consideração apenas os membros que atuaram por 12 meses.
<b>31/12/2021</b>	De modo diverso da orientação do ofício circular anual da CVM/SEP, em 2021 foi considerado o período parcial, pois o Conselho Fiscal foi instalado apenas no mês de junho.	

## **8.16 Mecanismos de remuneração/indenização**

### **MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA**

A Companhia não dispõe de instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração****PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO REFERENTE A MEMBROS QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES**

<b>Órgão</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Conselho de Administração	45,63%	46,56%	33,52%
Diretoria Executiva	-%	12,87%	-%
Conselho Fiscal	-%	-%	-%

## 8.18 Remuneração - Outras funções

### **REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM**

No exercício social de 2021 foi reconhecido o pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$150.000,00 ao Vice-Presidente do Conselho de Administração à época, Sr. Welinton Balderrama dos Reis, para atuação no processo nº 017/1.13.0002978-6 (descrito no item 4.4 deste Formulário), como advogado.

Para os demais membros da administração, nos três últimos exercícios não foram reconhecidos valores no resultado do emissor como remuneração por qualquer razão que não as funções que ocupam.

## **8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**

### **REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR**

A remuneração dos administradores é totalmente suportada pela Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

## **8.20 Outras informações relevantes**

### **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

**9.1/9.2 Identificação e Remuneração**

<b>Código CVM do Auditor</b>	<b>012360</b>		
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	
BAKER TILLY BRASIL RS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES	Juridica	21.601.212/0001-02	
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>		
26/04/2018	01/01/2018		
<b>Descrição dos serviços prestados</b>			
<p>- 2018: Revisão especial das informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2018, 30 de junho de 2018, 30 de setembro de 2018 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2018.</p> <p>- 2019: Revisão especial das informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2019, 30 de junho de 2019, 30 de setembro de 2019 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2019.</p> <p>- 2020: Revisão especial das informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2020, 30 de junho de 2020, 30 de setembro de 2020 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2020.</p> <p>- 2021: Revisão especial das informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2021, 30 de junho de 2021, 30 de setembro de 2021 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2021.</p> <p>- 2022: Revisão especial das informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2022, 30 de junho de 2022, 30 de setembro de 2022 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2022.</p>			
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>			
<p>(i) 2019 : Remuneração anual dos auditores - R\$ 93.600,00, referente a honorários para os serviços de revisão especial às informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2019, 30 de junho de 2019, 30 de setembro de 2019 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2019. Em 2019 não houve nenhum outro tipo de serviço não relacionado à auditoria externa.</p> <p>(ii) 2020 : Remuneração anual dos auditores - R\$ 97.287,84, referente a honorários para os serviços de revisão especial às informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2020, 30 de junho de 2020, 30 de setembro de 2020 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2020. Em 2020 não houve nenhum outro tipo de serviço não relacionado à auditoria externa.</p> <p>(iii) 2021 : Remuneração anual dos auditores - R\$ 101.101,56, referente a honorários para os serviços de revisão especial às informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2021, 30 de junho de 2021, 30 de setembro de 2021 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2021. Em 2021 não houve nenhum outro tipo de serviço não relacionado à auditoria externa.</p> <p>(iv) 2022 : Remuneração anual dos auditores - R\$ 112.896,69, referente a honorários para os serviços de revisão especial às informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2022, 30 de junho de 2022, 30 de setembro de 2022 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2022. Em 2022 não houve nenhum outro tipo de serviço não relacionado à auditoria externa.</p>			
<b>Justificativa da substituição</b>			
Rodízio obrigatório.			
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa</b>			
Não se aplica.			

<b>Código CVM do Auditor</b>	<b>011274</b>		
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	

GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	10.830.108/0004-08
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>	
16/02/2023	01/01/2023	
<b>Descrição dos serviços prestados</b>		
- 2023: Revisão especial das informações trimestrais (ITRs) de 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023, 30 de setembro de 2023 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2023.		
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>		
- 2023: A remuneração anual dos auditores será de R\$138 mil, para a revisão das Informações Trimestrais de 31 de março de 2023, 30 de junho de 2023, 30 de setembro de 2023 e auditoria completa das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício de 2023. Este valor será atualizado pelo IPCA a cada 12 meses.		
<b>Justificativa da substituição</b>		
Não se aplica.		
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa</b>		
Não se aplica.		

### **9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores**

#### **CONFLITO DE INTERESSE, PERDA DE INDEPENDÊNCIA OU OBJETIVIDADE DE SEUS AUDITORES INDEPENDENTES**

Não se aplica, pois os auditores independentes não foram contratados pela Companhia e suas controladas para prestar serviços além da auditoria.

## **9.4 Outras informações relevantes**

### **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

Todas as informações relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

## 10.1 Descrição dos recursos humanos

### RECURSOS HUMANOS DO EMISSOR

As informações prestadas abaixo são consolidadas do emissor e suas controladas, as quais possuem apenas operação no Brasil.

#### **b. número de terceirizados**

A Companhia possui contratos com pessoas jurídicas que realizam determinadas atividades acessórias do seu objeto social, como segurança patrimonial, limpeza, controle de pragas, restaurante, lavanderia, entre outros. No entanto, apesar de fiscalizá-las, não possui qualquer tipo de gerência sobre os empregados destas empresas que realizarão os serviços, podendo variar a quantidade de acordo com o entendimento da contratada.

#### **c. índice de rotatividade**

O índice de rotatividade média de empregados em 2022 foi de 5,17%.

## **10.2 Alterações relevantes**

### **ALTERAÇÃO RELEVANTE OCORRIDA COM RELAÇÃO AOS NÚMEROS DIVULGADOS NO ITEM 10.1**

Não ocorreram alterações relevantes com relação ao divulgado no item anterior.

## 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

### **POLÍTICAS E PRÁTICAS DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS DO EMISSOR**

As informações prestadas abaixo são consolidadas do emissor e suas controladas.

#### **a. política de salários e remuneração variável**

Os empregados da Companhia recebem principalmente remuneração fixa e benefícios, como, plano de saúde, prêmios, Participação nos Lucros e Resultados, entre outros.

#### **b. política de benefícios**

A política de benefícios destinados aos empregados da Companhia busca prestar melhores condições sociais e incentivar o comprometimento com a empresa. São oferecidos: cesta básica, auxílio escolar, plano de saúde, transporte, prêmio por tempo de serviço, sorteios de brindes mensais, folgas, Participação nos Lucros e Resultados (PLR), dentre outros.

#### **c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores**

A Companhia não adota planos de remuneração baseados em ações aos empregados não-administradores.

#### **d. razão entre (i) a maior remuneração individual e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados**

A razão entre a maior remuneração individual reconhecida em 2022 e a mediana da remuneração individual dos empregados, desconsiderando-se a maior remuneração individual, ambas conforme reconhecidas no resultado do último exercício social, corresponde a 12,26.

## **10.4 Relações entre emissor e sindicatos**

### **RELAÇÕES ENTRE O EMISSOR E SINDICATOS**

Todos os empregados da Companhia são representados por sindicatos dos trabalhadores da indústria da alimentação, abrangidos por acordos coletivos firmados com três sindicatos no Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos, a Companhia manteve um bom relacionamento com os Sindicatos, não tendo ocorrido greves, paralisações ou conflitos relevantes. Além disso, entende que o relacionamento baseado em diálogo e concessões é benéfico para a empresa e seus empregados, observando a legislação vigente.

## **10.5 Outras informações relevantes**

### **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

## 11.1 Regras, políticas e práticas

### **REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DO EMISSOR QUANTO À REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia não possui regra ou política formal sobre partes relacionadas, entretanto segue as normas e legislação aplicáveis sobre o assunto. A realização pela Companhia de operações e negócios com partes relacionadas é amparada por análises prévias de suas condições, visando sempre o melhor interesse da Companhia.

Dessa forma, nas transações efetuadas com partes relacionadas são analisados preços, condições e práticas usuais de mercado, sempre baseadas no objeto de cada transação, visando não gerar qualquer benefício ou prejuízo que não sejam decorrentes de condições normais de mercado a qualquer uma das partes.

**11.2 Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	22/03/2012	1.364.850,00	28.360.130,00	0	Indeterminado	2,340000
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista					
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo - Passivo					
<b>Garantia e seguros</b>	Não há					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Pagamento de obrigações. Saldo existente atualizado para 31/12/2022.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
<b>Especificação Posição Contratual</b>						
Serra do Roncador Participações Ltda.	31/05/2012	32.958.522,00	5.366.531,00	0	Indeterminado	2,340000
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista					
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo - Passivo					
<b>Garantia e seguros</b>	Não há					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Pagamento de obrigações. Saldo existente atualizado para 31/12/2022.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
<b>Especificação Posição Contratual</b>						

## 11.2 Itens 'n.' e 'o.'

### **TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

#### **n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**

Às hipóteses de conflitos de interesses aplicar-se-ão as regras constantes na legislação brasileira. Conforme preceitua a Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil) e à Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia devem exercer seu direito a voto nas Assembleias Gerais no interesse da Companhia, não podendo votar nas deliberações que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Considerar-se-á abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à Companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a Companhia ou a outros acionistas. O acionista e/ou administrador responde pelos danos causados pelo exercício abusivo do direito de voto, ainda que seu voto não haja prevalecido.

A Companhia não adota mecanismos formais adicionais, além do previsto na legislação, em especial à Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil) e à Lei das Sociedades por Ações, para identificar e tratar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais.

#### **o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

A realização pela Companhia de operações e negócios com partes relacionadas é amparada por análises prévias de suas condições, visando sempre o melhor interesse da Companhia. Dessa forma, nas transações efetuadas com partes relacionadas são analisados preços, condições e práticas usualmente de mercado visando não gerar qualquer benefício ou prejuízo que não sejam decorrentes de condições normais de mercado a qualquer uma das partes.

As operações envolvendo partes relacionadas, que não façam parte do grupo Minupar, estão formalizadas mediante celebração de contratos de mútuos, nos quais os juros atribuídos nas operações foram pactuados dentro das condições de mercado praticada na época em que os respectivos contratos foram formalizados.

### **11.3 Outras informações relevantes**

#### **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

**12.1 Informações sobre o capital social**

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
03/06/2016		120.107.800,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
7.100.100	0	7.100.100	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
03/06/2016		0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.500.000.000	0	1.500.000.000	

## **12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras**

**EMISSORES ESTRANGEIROS DEVEM DESCRIVER OS DIREITOS DE CADA CLASSE E ESPÉCIE DE AÇÃO EMITIDA E AS REGRAS DE SEU PAÍS DE ORIGEM E DO PAÍS EM QUE AS AÇÕES ESTEJAM CUSTODIADAS**

Não se aplica, pois emissor não é estrangeiro.

### **12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

## **12.4 Número de titulares de valores mobiliários**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não foram informados valores mobiliários no item 12.3

## 12.5 Mercados de negociação no Brasil

### **MERCADOS BRASILEIROS NOS QUAIS VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO**

As ações do emissor são admitidas à negociação na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código "MNPR3".

## **12.6 Negociação em mercados estrangeiros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A emissora não disponibiliza ações para negociação em mercados estrangeiros.

## 12.7 Títulos emitidos no exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A emissora não tem títulos emitidos no exterior.

## **12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas**

### **OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Nos três últimos exercícios o emissor não efetuou oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

## **12.9 Outras informações relevantes**

### **OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

Todas as informações consideradas relevantes pelo emissor, foram prestadas nos itens anteriores.

### 13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Tiago Silveira do Pinho	Diretor Presidente	Substituído	
Fernando Ataíde Silva Jorge	Diretor de Relações com Investidores	Substituído	

**13.1 Declaração do diretor presidente**

Eu, **Tiago Silveira do Pinho**, na qualidade de Diretor Presidente da Minupar Participações S.A., declaro que revi o Formulário de Referência da Companhia, que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20, e que as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.



**Tiago Silveira do Pinho**

Diretor Presidente

**13.1 Declaração do diretor de relações com investidores**

Eu, **Fernando Ataide Silva Jorge**, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Minupar Participações S.A., declaro que revi o Formulário de Referência da Companhia, que todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20, e que as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.



**Fernando Ataide Silva Jorge**

Diretor de Relações com Investidores

### 13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Margareth Schacht Herrmann	Diretor Presidente
Tiago Fonseca Siqueira	Diretor de Relações com Investidores

## 13.2 Declaração do diretor presidente

Eu, **Margareth Schacht Herrmann**, na qualidade de Diretora Presidente da Minupar Participações S.A., declaro que:

(a) revi as informações que foram atualizadas no formulário de referência da Companhia, após a data da minha posse; e

(b) todas as informações que foram atualizadas no formulário na forma do item "a" acima atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.



**Margareth Schacht Herrmann**  
Diretora Presidente

**13.2 Declaração do diretor de relações com investidores**

Eu, **Tiago Fonseca Siqueira**, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Minupar Participações S.A., declaro que:

- (a) revi as informações que foram atualizadas no formulário de referência da Companhia, após a data da minha posse; e
- (b) todas as informações que foram atualizadas no formulário na forma do item "a" acima atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.

**Tiago Fonseca Siqueira**  
Diretor de Relações com Investidores

